

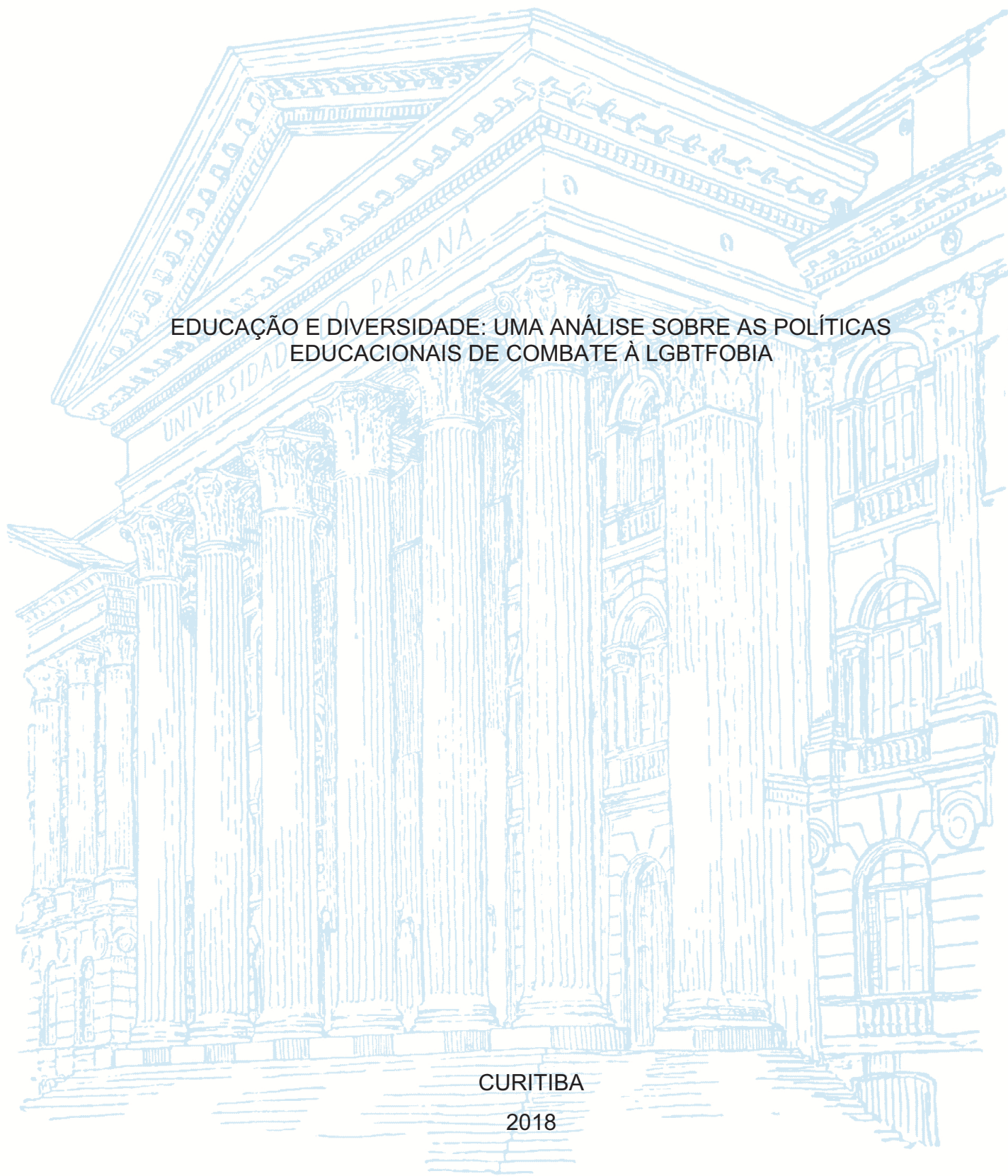
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LAURA ROTUNNO

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE AS POLÍTICAS  
EDUCACIONAIS DE COMBATE À LGBTFOBIA

CURITIBA

2018



LAURA ROTUNNO

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE AS POLÍTICAS  
EDUCACIONAIS DE COMBATE À LGBTFOBIA

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Políticas Educacionais, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Políticas Educacionais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Andrea Caldas

CURITIBA

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

LAURA ROTUNNO

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE AS POLÍTICAS  
EDUCACIONAIS DE COMBATE À LGBTFOBIA

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Políticas  
Educativas, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.



---

Prof. Dr. Ângelo Ricardo de Souza

Coordenador do curso

## **AGRADECIMENTOS**

À Andrea Caldas, pelo conhecimento, paciência e motivação em momentos de grandes incertezas.

Aos professores e professoras do Curso de Especialização em Políticas Educacionais, pelo conhecimento compartilhado.

Aos meus familiares, amigos e companheiro, pelo carinho.

Ao meu irmão, pelas conversas diárias.

À minha mãe, por toda ajuda, amor e, principalmente, por me inspirar.

À todes que existem e resistem.

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar Políticas Educacionais de combate à LGBTfobia no ambiente escolar desenvolvidas pelo Departamento da Diversidade da Secretaria Estadual de Educação do Paraná. Os objetivos específicos propostos foram: investigar o desenvolvimento dos programas criados pela CERGDS/DEDI; investigar se houve aumento ou diminuição na criação de políticas educacionais de combate à discriminação com relação à diversidade de gênero e sexual nas escolas; verificar se as ações, políticas e projetos existentes atualmente partiram de iniciativas governamentais e/ou estatais; e sondar a impressão de docentes da Rede Estadual acerca destas políticas. Através de revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas, a investigação realizada permitiu identificar em que medida as políticas e ações Estaduais foram influenciadas pelas políticas e ações Federais. O trabalho analisa ainda a descontinuidade de políticas entre governos e os impactos das mesmas na percepção dos professores (as).

**Palavras-chave:** Escola. LGBTfobia. Políticas Educacionais. Heteronormatividade.

## ABSTRACT

Considering that the school has a fundamental role both in maintaining and deconstructing prejudices and violence, and that Brazil is the country with the highest index of homicides and violence against LGBT people, this study aimed to analyze Educational Policies to combat LGBT phobia in the school environment developed by the Department of Diversity of the State Department of Education of Paraná. The specific objectives proposed were: to investigate the development of the programs created by CERGDS/DEDI; investigate whether there has been an increase or decrease in the development of educational policies to combat discrimination in relation to gender and sexual diversity in schools; verify that existing actions, policies and projects are currently based on governmental and / or state initiatives; and to probe the impression of teachers of the State Network about these policies. Through a bibliographical review, documentary analysis and semi-structured interviews, the research carried out indicated that State policies and actions were influenced by Federal policies and actions, the discontinuity of policies between governments revealed that many were Government Policies, not State Policies, despite the fact that teachers consider educational actions and policies to combat LGBT phobia in the school environment to be extremely important, not everyone knows the existence of the governmental body responsible for its creation and development.

**Keywords:** School. LGBT phobia. Educational Policies. Heteronormativity.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CERGDS	Coordenação da Educação das Relações de Gênero e Diversidade Sexual
DEDI	Departamento da Diversidade
DST	Doença sexualmente transmissível
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais
MEC	Ministério da Educação
MS	Ministério da Saúde
NGDS	Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual
PEE	Plano Estadual de Educação
PMDB	Antigo PMDB, atual MDB- Movimento Democrático Brasileiro
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEDH	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
PR	Partido da República
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEED	Secretaria de Educação do Estado do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>A LGBTFOBIA NA ESCOLA</b>	<b>10</b>
	<b>2.1 ALGUMAS PERSPECTIVAS SOBRE A TEMÁTICA</b>	<b>17</b>
<b>3</b>	<b>O COMBATE A LGBTFOBIA ATRAVÉS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS</b>	<b>21</b>
	<b>3.1 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS</b>	<b>25</b>
	<b>3.2 ESTÁ NO PAPEL: ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE POLÍTICAS FEDERAIS E ESTADUAIS</b>	<b>30</b>
<b>4</b>	<b>OUVINDO AS VOZES: AS ENTREVISTAS</b>	<b>45</b>
	<b>4.1 APRESENTAÇÃO DOS SUJEITOS</b>	<b>45</b>
	<b>4.2 A FALA DOS ENTREVISTADOS</b>	<b>46</b>
	<b>4.3 CATEGORIAS DE CONTEÚDO: A AUSÊNCIA TAMBÉM FALA</b>	<b>54</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES</b>	<b>56</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>58</b>
	<b>ANEXOS</b>	<b>60</b>
	<b>ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA</b>	<b>60</b>



## 1 INTRODUÇÃO

O interesse por investigar a contribuição da educação na legitimação e no combate à LGBTfobia foi intensificado pelo meu trabalho como professora de Sociologia na Rede Estadual de Ensino. A complexidade e urgência em se trabalhar com o tema, a falta de preparo da equipe escolar e a sensação de descaso por parte do Estado motivaram a investigação sobre o desenvolvimento de Políticas Educacionais de combate à LGBTfobia no ambiente escolar.

A pesquisa está subdividida em cinco capítulos. Após esta introdução, no capítulo dois, apresento os motivos que me levaram a definir como objetivo geral desta pesquisa mapear e analisar políticas educacionais atuantes no combate à LGBTfobia no Estado do Paraná. Para tanto, procurei, a partir da análise documental e das falas obtidas nas entrevistas semiestruturadas realizadas com docentes da Rede Estadual, investigar o desenvolvimento dos programas criados pela CERGDS/DEDI; investigar se houve aumento ou diminuição na criação de políticas educacionais de combate à discriminação com relação à diversidade de gênero e sexual nas escolas; verificar se as ações, políticas e projetos existentes atualmente partiram de iniciativas governamentais e/ou estatais; e sondar a impressão de docentes da Rede Estadual acerca destas políticas. Também neste capítulo é realizada a revisão bibliográfica de alguns artigos/livros que abordam esta temática.

No capítulo seguinte, o combate à LGBTfobia através das políticas educacionais, são apresentadas as justificativas para o desenvolvimento das políticas públicas educacionais de combate à discriminação de gênero e diversidade sexual no Brasil e no Estado do Paraná, traçando um breve histórico de suas trajetórias.

O capítulo quatro traz as questões que orientaram a produção do roteiro da entrevista realizada com docentes da rede Estadual do Paraná e a análise do material produzido

Por fim, nas considerações aponto algumas ideias que podem servir de contribuição para o fortalecimento destas políticas, visto que apesar da impermanência destas, se fazem extremamente necessárias para a consolidação de uma escola livre, democrática, com equidade social e que tenha na alteridade o ponto de partida para viver a diversidade.

## 2 A LGBTFOBIA NA ESCOLA

Esta pesquisa toma como objeto as políticas públicas educacionais de combate à LGBTfobia no ambiente escolar, desenvolvidas pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED) a partir da criação do Departamento da Diversidade (DEDI), que tem como objetivo o combate à discriminação contra pessoas LGBT no ambiente escolar, atendendo e garantindo o direito à diversidade, à liberdade e à educação.

A partir do entendimento de que o DEDI/SEED e sua Coordenação da Educação das Relações de Gênero e Diversidade Sexual (CERGDS) são um dos responsáveis pelo desenvolvimento e aplicação de políticas educacionais relativas às questões de Gênero e Diversidade Sexual, este trabalho buscou analisar sua atuação. Com o propósito de investigar quais foram suas principais ações desde sua criação, de compreender se suas políticas educacionais são políticas de Estado ou de Governo e de identificar como os profissionais da educação percebem sua atuação, foi realizado um levantamento documental e entrevistas semiestruturadas com a finalidade de ouvir pessoas que fizeram parte da construção da Coordenação, que participaram ou participam do processo, ou que possuem interesse pelo tema.

Considerando que órgãos e instituições governamentais possuem um papel fundamental no planejamento, desenvolvimento, implementação e monitoramento de políticas e ações públicas que tenham como objetivo alcançar a sociedade como um todo, pareceu-nos essencial investigar as políticas educacionais da Secretaria de Educação do Estado do Paraná.

O objetivo geral deste trabalho foi mapear e analisar políticas educacionais atuantes no combate à LGBTfobia no Estado do Paraná. Já os objetivos específicos propostos foram: investigar o desenvolvimento dos programas criados pela CERGDS/DEDI; investigar se houve aumento ou diminuição na criação de políticas educacionais de combate à discriminação com relação à diversidade de gênero e sexual nas escolas; verificar se as ações, políticas e projetos existentes atualmente partiram de iniciativas governamentais e/ou estatais; e sondar a impressão de docentes da Rede Estadual acerca destas políticas. Tendo em vista que discriminações e violências LGBTfóbicas ameaçam e ferem diariamente a vida de muitas pessoas e que a escola é uma das Instituições sociais responsáveis por reproduzir, legitimar ou desconstruir padrões e comportamentos, este trabalho tem

como foco analisar o desenvolvimento das políticas públicas de combate à discriminação da diversidade sexual, mais especificamente as políticas educacionais produzidas pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná a partir da criação do DEDI (Departamento da Diversidade) em 2007.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006), assinado pelo Ministério da Educação e pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, parte da concepção de que a educação em direitos humanos se faz paralelamente à educação para a valorização da diversidade.

A interseção entre os temas gênero e sexualidade na educação faz parte das reflexões sobre Direitos Humanos e Direitos Fundamentais e, conseqüentemente, sobre o direito à igualdade e à diferença. O respeito à diferença e à diversidade tem sido tratado na formulação de políticas públicas educacionais e, como forma de consolidar uma cultura de direitos humanos, a educação tem sido pensada como instrumento para sua promoção e defesa. A Constituição Federal de 1988 coloca no Estado a responsabilidade pela elaboração de parâmetros para orientar as ações educativas sobre o reconhecimento da diversidade de valores morais e culturais em uma mesma sociedade. Parte-se do pressuposto de que as desigualdades baseadas no gênero e na sexualidade dos sujeitos ferem os princípios básicos de uma sociedade que tem por objetivo concretizar valores democráticos. A Constituição também assegura às pessoas igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, impondo ao sistema educacional a eliminação de todas as formas de discriminação para o ingresso e permanência na escola. Segundo texto da Secretaria de educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão (SECAD):

Na medida em que a própria escola é elemento fundamental na construção de uma sociedade democrática e pluralista, é imprescindível promover a formação e a capacitação de profissionais da educação para a cidadania e a diversidade, pelo reconhecimento do direito à livre expressão afetivo-sexual e à livre identidade de gênero de cada cidadão e cidadã. Afinal, o problema não está nas diversas possibilidades de orientação sexual e de identidade de gênero. O problema reside no modo negativo como se lida com elas, culpando-as, discriminando e excluindo seus sujeitos do campo dos direitos, inclusive do direito à educação (BRASIL, MEC/SECAD, 2007, p. 44).

Dayana Brunetto Carlin dos Santos (2008) também aponta para a dimensão dos Direitos Humanos na educação, principalmente com relação às demandas para a diversidade. De acordo com a autora, o reconhecimento e a utilização das

concepções e do respeito aos direitos humanos pelas práticas pedagógicas e de ensino, são o único caminho para uma educação e uma escola democráticas.

Pensar em direitos humanos é pensar na constituição de preceitos e concepções que nos permitam compreender que todos os indivíduos – respeitadas as diferenças culturais, sociais, históricas, etc. – numa sociedade como a nossa são passíveis de direitos e deveres. Porém, nem sempre há a prática de cumprimento às legislações de direitos humanos na escola (...). Diante disso, é importante que os/as profissionais da educação colaborem para uma escolarização fundamentada na valorização da diversidade em busca de uma prática social que inclua os sujeitos históricos com igualdade de oportunidades e não que privilegie, como acontece, referenciais etnocêntricos, heterossexistas, machistas, homofóbicos, racistas, elitistas. É necessário, como diz Tomaz Tadeu da Silva (1996), que descolonizemos o currículo (...). Ao assumirmos tal postura, e ao adequá-las a nossa prática pedagógica e a nossa formação teórica, estaremos diante da possibilidade de uma mudança concreta e real da escola como espaço de garantia dos direitos inerentes aos sujeitos nela atuantes (SANTOS, 2008, p. 6).

Infelizmente o Brasil ocupa a primeira posição no ranking mundial de assassinatos homofóbicos, concentrando 44% do total de execuções de todo mundo. Estes dados revelam a preocupante questão do preconceito e da discriminação que geram assimetrias e hierarquias, desigualando sujeitos em função de seu gênero e de suas práticas sexuais, mostrando uma sociedade extremamente violenta e intolerante com a diversidade. Considerar tais temáticas como conteúdo curricular possibilita a problematização e o enfrentamento do preconceito, da discriminação, da exclusão social e da violência. Entendo que a criação destas políticas educacionais é resultado de disputas políticas e ideológicas e atualmente vivemos retrocessos no que diz respeito à inclusão e diversidade na escola, visto que grupos fundamentalistas construíram poder político na sociedade brasileira. Portanto, julgo necessária e urgente a discussão e pesquisa deste tema na esperança de que a investigação, a reflexão e, sobretudo, a visibilização desta temática contribuam para os debates, elaborações de políticas e mudanças na realidade do cotidiano escolar destas pessoas.

Segundo JUNQUEIRA (2010) a heteronormatividade e a homofobia são elementos que atuam tanto na estruturação do espaço escolar quanto nas práticas escolares, em especial através do currículo oculto. Em relação a este:

O currículo oculto é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita para aprendizagens sociais relevantes (...) o que se aprende

no currículo oculto são fundamentalmente atitudes, comportamentos, valores e orientações (...). Entre outras coisas, o currículo oculto ensina, em geral, o conformismo, a obediência, o individualismo (...) aprende-se, no currículo oculto como ser homem ou mulher, como ser heterossexual ou homossexual, bem como a identificação com uma determinada raça ou etnia (SILVA, 2002, p. 78-79).

Práticas (ações e discursos) discriminatórias podem ser percebidas em diversas situações e aspectos do cotidiano escolar. O currículo oculto é um dos espaços onde estas práticas estão presentes, mas não é o único. Tais práticas podem ser entendidas como culturais e políticas, o que faz com que seja fundamental discutir ideologias e interesses que fomentam as políticas educacionais adotadas. Junqueira coloca que é no âmbito do “currículo em ação”, resultado da união entre o currículo oculto e o currículo formal, que situações de aprendizagem (formais e informais, planejados ou não, dentro e fora da sala de aula) expõem a produção da diferença no cotidiano escolar, inclusive situações que evidenciam a heteronormatividade e a LGBTfobia.

No entanto, isso não significa que somente o currículo oculto ensina conformismo, aprofunda e cimenta valores e crenças preconceituosas. O assim dito currículo formal, o explícito, em todos os seus aspectos se constitui um artefato político e, ao mesmo tempo, uma produção cultural e, logo, discursiva. É um campo de permanentes disputas e negociações em torno de cada disposição, princípio de visão e de divisão do mundo e das coisas – especialmente daquelas que dizem respeito ao mundo da educação e às figuras que o povoam e, ali, (re)definem sentidos e (re)constróem significados. Bem por isso, parece muito proveitosa a noção de “currículo em ação”, por meio da qual nos referimos à pluralidade de situações formais ou informais de aprendizagem, geralmente sob a responsabilidade da escola, vivenciadas por estudantes (e também professores/as, dirigentes e funcionários/as), que podem ser ou não ser planejadas e, ainda, ocorrer dentro ou fora da sala de aula. Nas palavras de Corinta Geraldi (1994, p.117): aquilo que “ocorre *de fato* nas situações típicas e contraditórias vividas pelas escolas, com suas implicações e compreensões subjacentes, e não o que era desejável [...] e/ou o que era institucionalmente prescrito” (JUNQUEIRA, 2010, p. 210).

Segundo Junqueira (2010) a escola possui um interessante aspecto duplo, pois ao mesmo tempo em que ensina preconceitos e discriminações, é um espaço potencialmente fértil para desconstrução de dispositivos e ferramentas que atuam na manutenção destas discriminações:

Além disso, vale ressaltar que essa mesma escola que - cotidianamente, ensina sexismo, homofobia, racismo e outras formas de preconceito e discriminação - também se revela um espaço privilegiado não apenas para a crítica, a problematização, a desestabilização de seus mecanismos, mas,

sobretudo, de tradução em outras possibilidades de currículo e de fomento de meios de reinvenção da vida (2010, p. 211).

Ao legitimar um padrão, geralmente o masculino, heterossexual, branco, burguês, a escola também condena ao lugar de “outro”, todas e todos aqueles que não se inserem neste padrão, gerando assimetrias, hierarquias, preconceitos e discriminações tanto no concreto quanto no simbólico, pois o “outro” é visto como anormal, diferente, inferior, errado. O/a outro/outra é marginalizado/a.

A escola tornou-se, por conseguinte, um espaço em que rotineiramente circulam preconceitos que colocam em movimento discriminações de classe, cor, raça/etnia, sexo, gênero, orientação sexual, capacidade físico-mental etc. (...) Com efeito, classismo, racismo, sexismo e homofobia (ou heterossexismo, se preferirmos), entre outros fenômenos discriminatórios, fazem parte da cotidianidade escolar não como elementos intrusos que adentram sorrateiramente os muros da escola. Ou seja, além de terem sua entrada geralmente franqueada, eles são cotidianamente ensinados na escola, produzindo efeitos sobre todos/as (estudantes ou não). Não por acaso, ao falar de suas lembranças da vida escolar, Guacira Lopes Louro nota: [...] “as marcas permanentes que atribuímos às escolas não se referem aos conteúdos programáticos que elas possam nos ter apresentado, mas sim se referem a situações do dia-a-dia, experiências comuns ou extraordinárias que vivemos no seu interior, com colegas, com professoras e professores. As marcas que nos fazem lembrar, ainda hoje, dessas instituições têm a ver com as formas como construímos nossas identidades sociais, especialmente nossa identidade de gênero e sexual” (JUNQUEIRA, 2010, p. 211).

Outros autores e autoras explicitam o caráter heteronormativo da escola, o que ao mesmo tempo em que dificulta o desenvolvimento de políticas educacionais que combatam a discriminação, faz com que sejam cada vez mais necessárias. Tal realidade mostra que ações pontuais de docentes não são suficientes para o combate às discriminações e para o desenvolvimento/transformação do espaço escolar e da educação institucionalizada em esferas que efetuem uma educação compromissada com os direitos humanos.

A heteronormatividade, entendida como um conjunto de dispositivos práticos, simbólicos e morais que colocam a heterossexualidade como única forma admissível e legítima de expressão e comportamento da sexualidade e de gênero, acaba sendo produzida e reproduzida no ambiente escolar. Enquanto normativa, ela sistematiza e regula normas, maneiras de ser, valores, discursos e ações. É fundamental salientar que a heteronormatividade vem acompanhada pela rejeição à homossexualidade. Sendo assim, a escola se torna fundamental para a prescrição, ordenamento, implementação e manutenção do *status quo* discriminatório, pois é uma das

Instituições Sociais mais importantes para os processos de socialização dos indivíduos na sociedade moderna. Como coloca Junqueira:

A escola é um espaço obstinado na produção, reprodução e atualização dos parâmetros da heteronormatividade. (...) A heteronormatividade está na ordem das coisas, no cerne das concepções curriculares, e a escola faz de tudo para reafirmar e garantir o êxito dos processos de heterossexualização compulsória e de incorporação das normas de gênero (BUTLER, 2003). (...) Tende a ser crucial o aporte da escola nesse processo de normalização heterorreguladora e de marginalização de sujeitos, saberes e práticas dissidentes em relação à matriz heterossexual (JUNQUEIRA, 2010, p. 212).

Dayana dos Santos (2008) também destaca a questão da heteronormatividade. Para a autora, a manutenção heteronormativa começa já na socialização primária, antes até da idade escolar:

(...) é preciso explorar o conceito de heteronormatividade, construído historicamente e que se refere à propagação rígida da heterossexualidade como "normal" e/ou "regra" nas sociedades. Na sociedade contemporânea, o gênero está diretamente ligado à heterossexualidade, pois logo que a criança nasce é educada/disciplinada para adquirir o gênero "correto". A partir daí, para estar dentro dos padrões, ela obrigatoriamente tem que se sentir atraída por uma pessoa do sexo oposto (SANTOS, 2008, p. 4-5).

Guacira Lopes Louro (2000) relaciona esta questão com o disciplinamento dos corpos no processo de escolarização, onde existe uma incansável tentativa de ajustar corpos e mentes de meninos e meninas, para depois avaliar tais corpos, classificá-los e, por fim, distingui-los, produzindo diferenças e desigualdades:

O disciplinamento dos corpos acompanhou, historicamente, o disciplinamento das mentes. Todos os processos de escolarização sempre estiveram - e ainda estão - preocupados em vigiar, controlar, modelar, corrigir, construir os corpos de meninos e meninas, de jovens homens e mulheres. (...) Observar os corpos de meninos e meninas; avaliá-los, medi-los, classificá-los. Dar-lhes, a seguir, uma ordem; corrigi-los sempre que necessário, moldá-los às convenções sociais. Fazer tudo isso de forma a que se tornem aptos, produtivos e ajustados - cada qual ao seu destino. Um trabalho incessante, onde se reconhecem - ou se produzem - divisões e distinções. Um processo que, ao supor "marcas" corporais, as faz existir, inscrevendo e instaurando diferenças (LOURO, 2000, p. 60-61).

É sabido que os efeitos da LGBTfobia são extremamente violentos e podem se manifestar de várias maneiras. Insultos, xingamentos, indiferença, abandono/evasão, exclusão e agressões físicas são alguns exemplos de como a LGBTfobia se manifesta no ambiente escolar. Direitos básicos são violados em um ambiente que deveria colaborar para a construção da cidadania. Os impactos sociais

são devastadores e extrapolam os muros das escolas, perpetuando uma série de violências, físicas e simbólicas.

Em distintos graus, na escola podemos encontrar homofobia no livro didático, nas concepções de currículo, nos conteúdos heterocêntricos, nas relações pedagógicas normalizadoras. Ela aparece na hora da chamada (o furor em torno do número 24, por exemplo; mas, sobretudo, na recusa de se chamar a estudante travesti pelo seu “nome social”), nas brincadeiras e nas piadas “inofensivas” e até usadas como “instrumento didático”. Está nos bilhetinhos, carteiras, quadras, paredes dos banheiros, na dificuldade de ter acesso ao banheiro. Aflora nas salas dos professores/as, nos conselhos de classe, nas reuniões de pais e mestres. Motiva brigas no intervalo e no final das aulas. Está nas rotinas de ameaças, intimidação, chacotas, moléstias, humilhações, tormentas, degradação, marginalização, exclusão etc. Tratamentos preconceituosos, medidas discriminatórias, ofensas, constrangimentos, ameaças e agressões físicas ou verbais têm sido uma constante na vida escolar e profissional de jovens e adultos que, de maneira dinâmica e variada, podem se identificar ou ser identificados/as como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou outras categorizações semelhantes, análogas ou equivalentes (JUNQUEIRA, 2010, p. 212-213).

O caderno da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECAD/MEC) intitulado: “Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos”, publicado em 2007 ressalta que pesquisas sobre o impacto da discriminação de gênero e orientação sexual na educação, mostram a escola brasileira como uma reprodutora de modelos “autoritários, preconceituosos e discriminatórios em relação a mulheres e homossexuais” (SECAD/MEC, 2007, p. 26). A causa dessa realidade, ainda de acordo com o caderno, seria reflexo de uma construção histórica da escola brasileira, cuja concepção e organização teria se dado com base nos padrões da heteronormatividade e pela valorização do modelo masculino, branco, adulto, heterossexual.

Outro reflexo desta constituição histórica seria, portanto, as variadas expressões da LGBTfobia. A indiferença é, também, uma forma de violência, e a indiferença com relação ao sofrimento de estudantes LGBTs, a falta de solidariedade, alteridade e empatia por parte daqueles/daquelas que constituem o espaço escolar faz com que as agressões e os agressores se perpetuem. Ainda que produza efeitos sobre todos e todas, evidentemente e inegavelmente incide mais fortemente nas trajetórias educacionais, formativas e de vida da população LGBT. Ainda sobre seus efeitos no ambiente escolar:



Assim, a homofobia no ambiente escolar produz efeitos sobre todo o alunado. Em outras palavras: na escola (e também fora dela), os processos de constituição de sujeitos e de produção de identidades heterossexuais produzem e alimentam a homofobia e o sexismo, especialmente entre os jovens estudantes masculinos. Para estes, o outro passa a ser, principalmente, as mulheres e os gays e, para merecerem suas identidades masculinas e heterossexuais, deverão dar mostras contínuas de terem exorcizado de si mesmos a feminilidade e a homossexualidade (LOURO, 2004a) (SECAD/MEC, 2007, p. 26).

E das diferentes formas que a violência LGBTfóbica pode assumir no cotidiano escolar, afetando não só alunos e alunas, mas a comunidade escolar como um todo, ferindo de maneira contundente preceitos fundamentais dos direitos humanos.

Além da violência física, o preconceito e a discriminação contra a população LGBT são responsáveis por restringir-lhes os mais básicos direitos de cidadania, além do direito à livre expressão afetivo-sexual e de identidade de gênero, com forte impacto em suas trajetórias formativas educacionais (HUMAN WATCH, 2001). Importantes estudos realizados em diversos países europeus e na América do Norte mostram que a incidência do risco de suicídio entre adolescentes é extremamente maior entre homossexuais (BAGLEY e RAMSEY, 1997). Nesse sentido, é preciso entender em que medida a escola brasileira se configura em um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no interior e em torno da qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT, tanto estudantes quanto profissionais da educação. A violência homofóbica, nas suas mais diversas formas de manifestação, pode dizer respeito a distintos aspectos da vida cotidiana escolar e das pedagogias aí mobilizadas (SECAD/MEC, 2007, p. 27).

## **2.1 ALGUMAS PERSPECTIVAS SOBRE A TEMÁTICA**

O texto “Trabalho docente e a questão de gênero e diversidade sexual na escola”, de Luiz Alves de Souza (2013), apresenta, a partir do trabalho docente, as políticas educacionais produzidas pela SEED sobre gênero e diversidade sexual. Através de uma pesquisa qualitativa, Souza mostra que muitos professores sentem-se despreparados para trabalhar a temática em sala de aula e consideram as formações pedagógicas formativas sobre o tema insuficientes.

No trabalho intitulado “A política pública de educação e diversidade da rede estadual do Paraná: Trajetórias e Perspectivas”, o então chefe do Departamento da Diversidade da SEED-PR, Wagner Roberto do Amaral (2010), relata o contexto no qual o Departamento foi criado, sua importância para garantia e ampliações de direitos fundamentais das minorias e superação de desigualdades historicamente

construídas e as ações desenvolvidas pelo Departamento. Coloca também a importância da criação de políticas públicas que considerem as diversidades (em um conceito crítico e não romantizado) existentes na realidade escolar e além dela. Mais especificamente com relação ao gênero e a diversidade sexual, o texto explica o objetivo central de um dos cinco Núcleos de trabalho do DEDI, o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NGDS): “responsável pela coordenação de políticas e programas voltados às reflexões acerca da prevenção e promoção da saúde (direitos sexuais e reprodutivos dos jovens, relacionados às discussões sobre gravidez na adolescência e sobre prevenção às DST/AIDS), e das relações entre os gêneros (feminilidades e masculinidades, identidades de gênero e orientações sexuais). Suas ações voltam-se à dimensão do currículo da educação básica e à superação de concepções e atitudes preconceituosas e discriminatórias no ambiente escolar e na gestão educacional.” Em todo o trabalho é possível perceber o posicionamento político do autor, Coordenador do Departamento durante a gestão do governador do Estado, Roberto Requião (PMDB).

“Gênero e diversidade sexual na escola: da exclusão social à afirmação de direitos. A experiência do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual da Secretaria de Estado da Educação do Paraná”, de COLBERT e LUZZI (2009). O trabalho aponta que a partir da constatação de práticas discriminatórias com base na heteronormatividade, políticas educacionais foram sendo elaboradas e aplicadas, culminando na criação do NGDS (no mesmo ano de publicação do artigo). As autoras dão um enfoque especial para o direito constitucional da educação, apresentando e discutindo as ações e as propostas no Núcleo.

O artigo intitulado: “Algumas reflexões sobre relacionamentos afetivos e relações sexuais na adolescência”, de Elaine Italiano Vidal e Paulo Rennes Marçal Ribeiro (2008), teve como objetivo investigar o que estudantes de 14 a 19 anos de escola pública pensam com relação a sexo e sexualidade. Os autores coletaram seus dados através de redações nas quais os adolescentes escreveram sobre ideias, comportamentos, relacionamentos afetivos e relações sexuais. Já o artigo de RONDINIA, FILHO e TOLEDO (2011), “Concepções homofóbicas de estudantes de ensino médio”, descreve um estudo com 2.159 alunos e alunas do ensino médio de três cidades do interior paulista. Os autores obtiveram os dados através de uma escala Likert e os analisaram com técnica estatística multivariada. Concluíram que a tolerância moderada em relação à homossexualidade dos jovens é uma realidade

que necessita de atenção das políticas públicas em educação, para que estas criem estratégias para a desconstrução de estereótipos de gênero e erradiquem a homofobia, a lesbofobia e a transfobia entre adolescentes. Outro artigo fruto de pesquisa com estudantes do ensino médio é “Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista”, de Fernando Silva Teixeira-Filho, Carina Alexandra Rondini e Juliana Cristina Bessa (2011). Eles realizaram um estudo do tipo *survey* com 2.282 estudantes de ensino médio através de um questionário autoaplicável e anônimo, com 131 questões. O artigo trata sobre o quanto estes estudantes reproduzem e reforçam, na escola, os discursos hegemônicos da heterossexualidade e como a homofobia (re)produz preconceitos e estereótipos que resultam na vulnerabilidades dos adolescentes não-heterossexuais. O estudo coloca as discriminações e violências homofóbicas como a institucionalização da homofobia, e esta sendo prática regulatória da construção social de gêneros e identidades sexuais. Eles concluem mostrando a importância da apropriação, por parte da escola, dos meios de desconstrução das normativas heterocentradas, com o objetivo de preservar os direitos e cidadania de pessoas que não se identificam aos modelos vigentes da heterossexualidade. Amadeu Roselli-Cruz (2011), no trabalho “Homossexualidade, homofobia e a agressividade do palavrão. Seu uso na educação sexual escolar”, estudou jovens do sexo masculino entre 9 e 14 anos de escola pública de periferia com o objetivo de verificar o uso de palavrões, suas ofensas e suas conotações expressas e entendidas. Amadeu conclui que 90% da agressividade dos palavrões se referem à sexualidade do ofendido e/ou de sua família, em especial à mãe, e à homossexualidade e que a despreocupação com o palavrão contribui para a homofobia e agressividade dentro da escola. Em “Percepções sobre a discriminação homofóbica entre concluintes do Ensino Médio no Brasil entre 2004 e 2008”, Araci Asinelli-Luz e Josafá Moreira da Cunha (2011) analisam a discriminação homofóbica no contexto escolar sua relação com a percepção negativa dos estudantes sobre o ambiente escolar. O trabalho utilizou dados de 6.414.302 estudantes com idade entre 16 e 25 anos disponíveis no questionário socioeconômico do ENEM entre 2004 e 2008. Foram apresentados dados sobre a incidência de três fatores associados à homofobia: (1) sofrer discriminação homofóbica, (2) presenciar discriminação homofóbica e (3) admitir homofobia. A conclusão é que os estudantes que não relatam ter sido alvos da

discriminação homofóbica avaliam sua experiência escolar de forma mais positiva que aqueles que sofreram discriminação.

No artigo “Representações de docentes acerca da diversidade sexual e homofobia”, os autores Elaine de Jesus Souza, Joilson Pereira da Silva e Claudiene Santos (2017) analisaram as representações sociais que educadores/as possuem acerca da diversidade sexual e da homofobia, partindo do pressuposto que tais representações influenciam a (des)construção de preconceitos na escola. Através de uma pesquisa qualitativa e do método de análise de conteúdo na modalidade categorial temática, concluíram que as representações dos/as educadores/as estão fundamentadas em padrões sociais sobre a diversidade sexual, que geram preconceitos, o que contribui com a homofobia na escola. Para os autores se fazem necessárias (in)formações significativas sobre essas temáticas, que possibilite aos/às docentes promover ações pedagógicas que contribuam para o reconhecimento da diversidade sexual. Já em “Percepção de professoras de ensino médio e fundamental sobre a homofobia na escola em Santa Maria (Rio Grande do Sul /Brasil)”, Zulmira Newlands Borges, Guilherme Rodrigues Passamani, Mariane Inês Ohlweiler e Muriel Bulsing (2008) mostram que alguns educadores ignoram discriminações e violências homofóbicas no ambiente escolar. Nas entrevistas realizadas com 20 professoras foram observadas falta de preocupação com questões sobre sexualidade. Concluiu-se que é necessária a realização de um trabalho educativo com diretoras de escolas e com orientadoras pedagógicas, com o intuito de dar suporte para as professoras que abordam a homofobia. Em outro artigo, que também conta com a colaboração da Zulmira Newlands Borges, “Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia”, ela e Dagmar Estermann Meyer (2008) analisam os limites e as possibilidades de uma ação educativa. A ação analisada é o curso “Educando para a Diversidade” que faz parte do programa “Brasil sem Homofobia”, que tenta reduzir a vulnerabilidade e a violência homofóbica. O objetivo da pesquisa foi entender quais dificuldades e problemas relativos a questões vinculadas à sexualidade e à homofobia motivaram professores a buscar a capacitação no curso e quais efeitos essa formação produziu em suas atividades escolares. As autoras utilizaram como metodologia grupos de discussão e entrevistas com professoras que participaram do curso, e verificaram que a maior parte das entrevistadas tinham medo que resultasse na estimulação de uma sexualidade não hegemônica, o que colocou os

próprios participantes do curso em uma situação de vulnerabilidade perante a escola, colegas de profissão e familiares. Já o trabalho intitulado “Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar”, do Fernando Seffner (2013) aborda os desafios encontrados na tentativa de modificar desigualdades de gênero e sexualidade na escola. O autor faz uma etnografia de cenas escolares em três escolas públicas de Porto Alegre, que se auto classificam como realizadoras de “combate à homofobia”, “respeito pela diversidade” e “inclusão para todos”. No entanto a principal hipótese desenvolvida por ele é que as ações escolares não possuem o devido resultado, pois parecem querer valorizar a diversidade sem desconstruir a heteronormatividade. Em “Encontrando Bianca: discursos sobre o corpo-travesti”, Nilson Fernandes Dinis e Renata Silva Pamplona (2014) analisam os discursos produzidos sobre o corpo travesti em no vídeo “Encontrando Bianca”, que faz parte do material educativo kit anti-homofobia. A metodologia utilizada é a arqueogenealogia foucaultiana, e a conclusão é que o vídeo pode, ao invés de combater a homofobia, criar um discurso de tipo ideal de corpo para as travestis.

Por fim, Graziela Raupp Pereira e Alexandre Gustavo Melo Franco Bahia (2011), tratam no texto “Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola: desafios à construção de um ambiente de aprendizado livre, plural e democrático” da relação entre o direito fundamental à educação e a construção de uma sociedade democrática e livre de preconceitos. Para tanto, é necessário que se garanta real acesso à educação, e que esta se desenvolva como espaço de cidadania, liberdade e diversidade.

### **3 O COMBATE À LGBTFOBIA ATRAVÉS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

A ideia deste capítulo é apresentar as justificativas para o desenvolvimento das políticas públicas educacionais de combate à discriminação de gênero e diversidade sexual no Brasil e no Estado do Paraná e traçar um breve histórico de suas trajetórias.

Compreende-se que as políticas públicas: são ações governamentais executadas por agentes públicos e/ou privados destinadas a alcançar determinados efeitos sociais. É através delas que o Estado garante aos cidadãos e cidadãs o acesso a direitos fundamentais e, também, a direitos que têm como objetivos reparar

desigualdades históricas, fomentando inclusão social. São ações governamentais voltadas para as minorias sociais.

Um segundo grupo de direitos é voltado àqueles grupos classificados como vulneráveis, ou minorias, e busca essencialmente, a curto prazo, mitigar os efeitos e, a longo prazo, eliminar a discriminação e o preconceito disseminados contra essas populações. (...) Por um certo recorte analítico, aqui as análises realizadas pelo filósofo Michel Foucault, as políticas públicas são o principal instrumento da governamentalidade biopolítica, pois afetam direta e indiretamente as populações. Com essa finalidade, as políticas públicas implementam certos dispositivos que visam melhorar e aumentar a vida das populações, exercendo controle sobre elas (FOUCAULT, 2010, p. 207) (MOREIRA, 2016, p. 67).

Dados, fatos, realidades evidenciam a necessidade de um tratamento mais efetivo e adequado para assuntos sobre gênero e sexualidade nas escolas, políticas educacionais se fazem necessárias. Mas, parece ainda mais urgente, pensar e refletir acerca das concepções políticas ideológicas e didáticas que servem de base para o desenvolvimento e implementação destas políticas.

Segundo o caderno do SECAD, “Preocupações em torno da construção de sujeitos e de relações entre sujeitos dotados de corpos, gêneros e sexos sempre estiveram presentes no sistema escolar e nas políticas públicas de educação brasileira” (p. 13). Porém, estas preocupações eram voltadas para o objetivo de fazer da escola um ambiente de normalização e ajustamento heteronormativo das crianças e adolescentes, de seus corpos, mentes, identidades e sexualidades. Como já dito anteriormente, a escola é, tradicionalmente, um espaço de produção e reprodução da heteronormatividade. A inclusão de temas relativos à desigualdade de gênero, identidade e diversidade sexual é recente, e fruto de conquistas. Parte do pressuposto de que, apesar de ser este espaço de legitimação de padrões hegemônicos, é também privilegiado por poder desconstruir preconceitos.

Não por acaso, é muito recente a inclusão das questões de gênero, identidade de gênero e orientação sexual na educação brasileira a partir de uma perspectiva de valorização da igualdade de gênero e de promoção de uma cultura de respeito e reconhecimento da diversidade sexual. Uma perspectiva que coloca sob suspeita as concepções curriculares hegemônicas e visa a transformar rotinas escolares, e a problematizar lógicas reprodutoras de desigualdades e opressão. (...) Paralelamente, consolidava-se a compreensão de que a escola é, entre outros lugares, um espaço privilegiado de formação cidadã e de luta contra toda espécie de preconceitos. (...) Na medida em que a própria escola é elemento fundamental na construção de uma sociedade democrática e pluralista, é imprescindível promover a formação e a capacitação de profissionais da educação para a cidadania e a diversidade, pelo reconhecimento do direito à livre expressão afetivo-sexual e à livre identidade de gênero de cada

cidadão e cidadã. Afinal, o problema não está nas diversas possibilidades de orientação sexual e de identidade de gênero. O problema reside no modo negativo como se lida com elas, culpando-as, discriminando e excluindo seus sujeitos do campo dos direitos, inclusive do direito à educação (SECAD/MEC, 2007, p. 14-17).

É a partir das contribuições dos Direitos Humanos, e conseqüentemente, do direito à igualdade e à diferença, que surge a relação entre gênero e sexualidade na educação. O respeito à diferença e à diversidade vem sendo discutidos nacional e internacionalmente, também no que se refere ao desenvolvimento e formulação de políticas públicas educacionais. O Brasil é signatário de documentos internacionais que têm como objetivo desenvolver e garantir os direitos humanos, o que contribuiu para a produção de políticas públicas voltadas à promoção e garantia de direitos de diversos segmentos da sociedade, entre eles, as minorias sociais marcadas pelas desigualdades de gênero e sexualidade. Políticas públicas envolvem e são reflexos da relação entre Estado e sociedade. Definem a maneira como o Estado vai agir em relação às demandas e problemas sociais. Sendo assim, as políticas públicas referentes à educação, as políticas educacionais, têm um papel fundamental na consolidação de uma cultura de direitos humanos, visto que educação é percebida também, como ferramenta de promoção e defesa da cidadania. Assim, as recomendações internacionais passaram a fazer parte da elaboração de políticas educacionais nas ações ligadas ao gênero e à sexualidade no sistema de educação e na formação docente.

A antiga SECAD, atual SECADI elaborou, em 2007 um caderno temático sobre gênero e diversidade sexual na escola no qual reconheceu a heteronormatividade presente nas políticas educacionais e no sistema escolar como um todo, apontando a adoção de novas perspectivas que incluem questões sobre gênero, identidade de gênero e orientação sexual como recentes e necessárias para o combate a desigualdades e opressões.

Na sequência dos debates e dos embates, o conceito de gênero revelou-se, além de um importante instrumento analítico, um formidável instrumento político. A partir de uma compreensão mais aprofundada das múltiplas dimensões das questões de gênero e da heteronormatividade, passou-se, cada vez mais, a apontar para a necessidade de se adotarem políticas específicas para contrastar os mecanismos históricos da dominação masculina, especialmente nos campos da educação, saúde e trabalho (SECAD/MEC, 2007, p. 16-17).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação é direito de todos e dois dos principais fundamentos da Constituição são: a cidadania e a dignidade da pessoa humana. Isto mostra a necessidade e a obrigação do Estado em desenvolver orientações para ações educativas com relação ao reconhecimento da diversidade em uma mesma sociedade, compreendida como heterogênea e comprometida com a justiça social e a garantia universal dos direitos humanos.

O papel dos educadores no sistema educacional é fundamental, bem como sua formação com base nos parâmetros e fundamentos de um Estado democrático. Portanto, os educadores necessitam refletir sobre questões sociais, seus reflexos e impactos na questão educacional. Pensar a educação nos ideais democráticos, previstos na Constituição, não é possível sem levar em consideração a promoção de uma educação igualitária que valorize a diversidade presente na sociedade. Sendo assim, as desigualdades e discriminações baseadas no gênero e na sexualidade dos sujeitos contrariam os princípios básicos de uma sociedade e de um Estado democráticos.

Historicamente, tanto a formação acadêmica como a formação de educadores/as em exercício não têm contemplado o debate sobre as discriminações e preconceitos de gênero, étnico-racial e de orientação sexual. Reside nesse fato a importância da promoção de ações sistemáticas que ofereçam a profissionais da educação bases conceituais e pedagógicas que os ajudem a abordar adequadamente essas questões. (...) A escola é um dos ambientes de sociabilidade e formação individual em que são produzidos e reproduzidos os preconceitos e a discriminação. Há evidências de que os agentes da educação reproduzem, em suas práticas, as diversas formas de preconceito e discriminação existentes na sociedade, o que acaba por reforçar e legitimar a exclusão de grupos cujos padrões (étnico-raciais, de identidade de gênero ou de orientação sexual) não correspondam aos dominantes (CANEN, 2001: 213) (SECAD/MEC, 2007, p. 54).

Dayana dos Santos (2008) também pontua que a falta de formação dos educadores e das educadoras contribui para o processo de manutenção dos dogmas e preconceitos.

Ao se pensar no ambiente escolar atual e na convivência de diferentes grupos humanos, a partir das mudanças sociais das últimas décadas, fica evidente o surgimento de conflitos e ideias contrastantes. No que se refere à sexualidade, as discussões sejam talvez as mais polêmicas por envolverem muito mais que conceitos científicos diversos: referem-se, muitas vezes, a conceitos dogmáticos, especulativos, preconceituosos, limitados e conservadores, que, aliados a uma formação inicial incipiente dos/das professores/as, geram a apropriação de um currículo que ignora, trata com superficialidade ou desconsidera tal perspectiva (...). É comum entre os/as profissionais da educação um posicionamento, se não oposto,



pelo menos neutro a respeito da abordagem de tais assuntos. E isso se justifica pela falta de conhecimento, pelos valores arraigados e/ou pelo receio de que o resultado do trabalho seja mal interpretado. No entanto, de acordo com Guacira Lopes Louro (1997) a escola reflete e reproduz as concepções sociais de gênero e sexualidade, mas também as produz (SANTOS, 2008, p. 1).

Tanto a Constituição Federal, no artigo 206, inciso I, quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (artigo 3º, inciso I) asseguram igualdade de condições para o acesso e para permanência na escola. De acordo com os textos legais, o direito à educação deveria garantir a eliminação de todas as formas de discriminação para o ingresso ou para a permanência na escola.

A Constituição Federal de 1988 definiu que a educação é direito de todos. Para que esse direito seja alcançado, a sociedade brasileira vem se organizando a fim de que cada brasileiro, independente do sexo, orientação sexual, identidade, gênero, raça, cor, credo religioso, idade, classe social e localização geográfica, tenha acesso à educação pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis, etapas e modalidades (BRASIL, MEC/SE/SEA, 2013, p. 11).

### **3.1 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

Breve Histórico de programas, projetos e legislações que abordam a questão de gênero e sexualidade no espaço escolar:

1996 - Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas transversais – 5ª a 8ª séries. A proposta neste documento é incluir as questões da sexualidade como tema transversal, ou seja, como tema que deve atravessar os diferentes campos do conhecimento.

2003 - Programa Nacional DST e AIDS do Ministério da Saúde lançam novas campanhas de prevenção. Duas campanhas lançadas foram: “Homossexualidade na Escola: toda discriminação deve ser reprovada” e “Travesti e Respeito: está na hora dos dois serem vistos juntos”. A primeira produziu materiais para profissionais da educação, distribuídos para coordenações estaduais e municipais de DST e AIDS, ONGs e, pontualmente, para escolas que o solicitaram. A segunda campanha abordou a necessidade de combate à discriminação contra travestis no ambiente familiar, na escola, no trabalho, no cotidiano e se dirigia, principalmente, as profissionais da saúde e da educação.

Com relação a este tipo de programa, Guacira Lopes Louro faz uma crítica importante, segundo a autora: “as condições que possibilitaram ampliação da discussão sobre a sexualidade também tiveram o efeito de aproximá-la das ideias de risco e ameaça, colocando em segundo plano sua associação ao prazer e à vida” (LOURO, 2004, p. 36).

2004 - Criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). A entrada na agenda pública de temas relativos à diversidade sexual associada às questões de saúde, HIV-AIDS, teve como reflexo a “elaboração de Diretrizes para uma Política Educacional em Sexualidade, articulando os Ministérios da Educação e da Cultura.” Neste ano a temática de gênero e diversidade sexual se fortaleceu com a criação da SECAD, transformada posteriormente em SECADI (ao acrescentar o eixo da inclusão).

2004 - Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual. Sua elaboração foi resultado da parceria entre o Governo Federal e a Sociedade Civil Organizada. O programa tem como objetivo articular as ações de diversos Ministérios, visando o combate à violência e a discriminação contra GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais), na busca de uma sociedade democrática e pluralista.

O Governo Federal, em maio de 2004, lançou, em parceria com o movimento social LGBT, o Programa Brasil sem Homofobia (BSH), cujo plano de ações situa o direito à educação entre os seus principais eixos. Signatário do Programa, o Ministério da Educação comprometeu-se a implementar, em todos os níveis e modalidades de ensino, ações voltadas à promoção do reconhecimento da diversidade sexual e ao enfrentamento do preconceito, da discriminação e da violência em virtude de orientação sexual ou identidade de gênero. Para isso, entre outras ações, a SECAD/MEC desenvolveu entre 2005 e 2006 o projeto Formação de Profissionais da Educação para a Cidadania e Diversidade Sexual, com a finalidade de promover, por meio de cursos de formação e capacitação, posturas de respeito a todas as diferenças que constituem a sociedade brasileira, em especial, as relativas à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero (BRASIL, MEC/SECAD, 2007, p. 43).

2006 - Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. O PNEDH foi elaborado a partir de documentos internacionais pautados nos direitos humanos e teve como proposta reforçar o papel destes no estabelecimento e consolidação de uma sociedade justa e democrática.

A educação em direitos humanos deve estruturar-se na diversidade cultural e ambiental, garantindo a cidadania, o acesso ao ensino, permanência e conclusão, a equidade (étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras) e a qualidade da educação (BRASIL, SEDH/MEC/MJ/UNESCO, 2006, p. 24).

2009 - Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais foi resultado do compromisso do Governo Federal na época com a implementação de políticas públicas que abrangessem ações de combate à homofobia e de promoção dos direitos humanos. Uma de suas principais diretrizes é a “inserção da temática LGBT no sistema de educação básica e superior, numa abordagem que promova o respeito e o reconhecimento da diversidade da orientação sexual e identidade de gênero” (BRASIL, SEDH/PR, 2009, p. 15).

2011 - Após articulações das bancadas religiosas/fundamentalistas no Congresso Nacional, a então presidenta Dilma Rousseff determinou a suspensão do "kit anti-homofobia", que estava sendo elaborado pelo Ministério da Educação para distribuição nas escolas. O material fazia parte do Projeto “Escola sem Homofobia”. Seu veto contribuiu de maneira decisiva para o fortalecimento de vários parlamentares evangélicos no Congresso Nacional e para a consolidação de um discurso contrário às políticas de gênero e diversidade sexual. Segundo Fernando de Figueiredo Balieiro (2017), “o programa de combate à homofobia foi compreendido em uma chave pejorativa, sem que seu conteúdo fosse amplamente conhecido” (p. 6).

2014 - A construção e a publicação do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014/2024, o qual incorporou propostas retiradas da Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2010, fomentou um cenário propício para manifestações conservadoras no Congresso Nacional protagonizadas pela bancada fundamentalista. Infelizmente, tais manifestações foram observadas em diversos estados e municípios, formando uma rede sistematizada de combate a estratégias de abordagem e trabalho dos temas gênero e sexualidade. Portanto, o ano de 2014 marcou uma fase de retrocessos. A Igreja Católica, a Frente Parlamentar Evangélica e o Movimento “Escola Sem Partido” agiram para a exclusão de qualquer questão relativa a gênero dos Planos de Educação, em âmbito federal, estadual e

municipal. A partir deste ano, ficaram mais intensas as propostas de leis incentivadas pelo movimento “Escola Sem partido”, com o objetivo de censurar e proibir a abordagem de temas relativos ao gênero nas escolas, alegando que faria parte da “ideologia de gênero”, um dos componentes da suposta “doutrinação ideológica”.

2015 - Em 2015 ocorreu a retirada da proposta da SECADI de criação de um comitê de gênero, que tinha como objetivo implementar, avaliar e monitorar as políticas públicas educacionais. Neste mesmo ano, acompanhamos a retirada do termo “gênero” de diversos PEEs (Planos Estaduais de Educação), com algumas exceções: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia e Maranhão.

2016 - Em 2016 o então senador Magno Malta (PR-ES) apresentou o Projeto de Lei 193/2016, que visa incluir entre as Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/1996 o Projeto “Escola Sem Partido”. Embora o projeto encontre-se na Comissão de Educação, Cultura e Esporte aguardando parecer do relator (senador Cristovam Buarque), a adesão ao programa vem sendo cooptada através de ações sistematizadas dos setores conservadores para excluir qualquer tema que envolva as questões de gênero. Importante frisar que tais ações ultrapassam as instituições legislativas. Quando algo é respaldado pela legislação, ainda que não aconteça de fato, o respaldo está lá, o que legitima ações para alcançá-lo e torná-lo real. Porém, retirar o respaldo institucional e legal do combate a uma forma de violência e discriminação, é legitimar a violência.

De acordo com Moreira, durante a tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal do novo Plano Nacional de Educação (PNE), entre os anos de 2010 e 2014, surgiu no parlamento um intenso debate acerca da manutenção ou retirada da referência à “promoção da igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual” (Brasil, 2012) do artigo que tratava das diretrizes do PNE. Outro ponto de tensão dizia respeito ao uso da flexão em dois gêneros na redação de todo o texto, forma adotada no documento proposto a partir das Conferências Nacionais de Educação e Educação Básica, em detrimento da utilização da forma genérica masculina, proposta pelo Senado. No documento final aprovado pelo Congresso e sancionado pela então presidenta Dilma Rousseff (2014) prevaleceu a flexão de gênero, mas foi retirada a referência que especificava a promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual.

É possível notar através da “linha do tempo” das políticas, legislações e programas de combate à discriminação LGBTfóbica que tivemos um período de progresso, porém nos últimos anos vivemos justamente o contrário, um retrocesso imenso, com aumento de preconceito, da intolerância, da violência e da desinformação com relação a gênero, sexualidade e diversidade. O retrocesso é visto e sentido em vários aspectos da vida social, no cotidiano, nas relações, em diversas Instituições e, também, na política. A respeito disso Balieiro coloca:

Não parece ser mera coincidência que a SECADI, a SPM e a SEPIIR perderam o status de Ministério logo após o processo de impeachment de Dilma Rousseff, sendo acoplados ao Ministério da Justiça ou da Educação. É possível afirmar que programas relativos às diferenças ou à diversidade, já bastante enfraquecidos e com oposição cada vez mais demarcada na sociedade brasileira, saíram dos objetivos políticos governamentais no novo governo de Michel Temer, mais alinhado com forças políticas regressivas (BALIEIRO, 2017, p. 2).

Os retrocessos com relação às políticas sociais, o avanço do conservadorismo e o crescimento da representatividade da frente parlamentar fundamentalista não começaram após o Golpe de 2016, mas se intensificaram sobremaneira.

Quanto mais se formalizava uma política de reconhecimento às diferenças, mais se esboçava uma reação conservadora. A criação do Programa Escola sem Homofobia, que previu a elaboração de material didático para combater a homofobia, sob supervisão da SECADI, da Global Alliance for LGBT Education, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, foi um exemplo dessa reação. Sua implementação “[...] tornou-se catalisadora de diversas e poderosas forças de resistência ao que posteriormente passou a ser conhecido como a ‘ideologia de gênero’ na educação nacional” (p. 41). A elaboração do material, que consumiu cerca de dois milhões de reais aos cofres públicos (p. 50), não prosperou e não foi implementado, sendo vetado pela Presidência da República sob alegação de que seu conteúdo seria inadequado (BALIEIRO, 2017, p. 5).

Como resultado deste contexto, vivemos hoje uma “caça às bruxas”, fomentada por discursos e narrativas institucionais. E um dos objetivos mais explícitos desta perseguição é combater algumas mudanças que ocorreram nas últimas décadas, “como a conquista mínima de direitos fundamentais da população LGBT (...), e a crescente formulação de políticas públicas transversais em gênero e sexualidade” (ROSENO E SILVA, 2017, p. 6).

A criação e a implementação de programas e ações de combate às discriminações e de promoção à igualdade de gênero, iniciadas em 1990, ganharam ênfase e atenção nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), no entanto, foi

durante o governo da Presidenta Dilma Rousseff que não só o Escola Sem Homofobia foi vetado, como se recuou na consolidação muitas outras políticas, fortalecendo as bancadas conservadoras.

Tais forças políticas regressivas, já consolidadas, se tornaram mais e mais atuantes no cenário do Brasil pós-golpe, gerando uma série de ações de grupos diversos que extrapolaram o âmbito da oposição às políticas públicas, buscando intervir inclusive na liberdade de pensamento em relação ao tema (BALIEIRO, 2017, p. 9).

Atualmente, como consequência desta disputa e enfraquecimento progressista, perdemos espaço no campo democrático:

A democracia brasileira está limitada a se ver diante de sérios obstáculos para se pensar a discussão de agendas no campo dos direitos humanos. Este expediente é central para a vitalidade da democracia, pois a ampliação de direitos às minorias tornou-se tema de primeira importância para a legitimidade dos sistemas democráticos. Não obstante, na contramão de boa parte das democracias liberais do ocidente, a atuação de pentecostais e neopentecostais na política nacional tornou a discussão destes temas quase um tabu (SILVA, 2015, p. 121 *apud* ROSENO e SILVA, 2017, p. 7).

Estes fatos políticos, estes conflitos por espaço e narrativas que aconteceram nas aprovações dos planos intensificaram as discussões sobre a relevância das questões de gênero e sexualidade na escola. Revelando que ainda é uma questão que não está dada, ainda demanda e produz grande disputa política e ideológica.

### **3.2 ESTÁ NO PAPEL: ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE POLÍTICAS FEDERAIS E ESTADUAIS**

#### **HISTÓRICO DEDI**

O Departamento da Diversidade (DEDI) na Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED) surgiu como ideia em 2003, foi constituído como setor em 2007 e reorganizado em 2008 e 2009. De acordo com o ex-chefe do DEDI, Wagner Roberto do Amaral, a trajetória de consolidação deste Departamento mostra sua característica de fortalecimento enquanto política pública de educação e diversidade na Rede Estadual de Educação do Estado. No texto de apresentação, Amaral chama atenção para a existência de uma compreensão institucional de que a diversidade cultural e as consequências históricas e estruturais das desigualdades não podem ser tratadas de maneiras isoladas, por isso a importância de um

Departamento que trabalhe diversidades. Sua institucionalização foi uma resposta do Governo às reivindicações e demandas históricas, o que nos mostra como a pressão social é essencial no tensionamento político.

Enquanto materialização institucional de uma política educacional, o DEDI considerou, no momento de sua criação, duas questões fundamentais:

O reconhecimento e o atendimento das reivindicações por uma política pública de educação e diversidade, apresentadas historicamente pelos diferentes movimentos sociais, articulada organicamente às suas lutas (por terra, educação, trabalho, saúde, justiça, etc.), suas perspectivas e projetos. Dentre esses movimentos destacam-se: dos trabalhadores rurais sem terra, das comunidades quilombolas, dos povos indígenas, das populações negras, dos pequenos agricultores, das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), de mulheres, dos recicladores, dos povos do campo e das comunidades tradicionais, dos faxinalenses, dos pescadores, dos ilhéus, dos fóruns de EJA, das populações das periferias das cidades, das pessoas com deficiências, dentre outros segmentos e organizações da sociedade civil;

- a coerência entre os processos educativos desenvolvidos nas escolas públicas, com as Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Básica (em processo de elaboração e disseminação no Paraná, desde o ano de 2003), e os diferentes pertencimentos étnico raciais, geracionais, territoriais, de gênero, dentre outros, entre os quais se encontram os educandos e profissionais da educação (AMARAL, 2010, p. 1).

Amaral (2010) também coloca a questão dos processos históricos de colonialidade e desenvolvimento do capitalismo e suas consequências como responsáveis pela construção das diferentes formas de desigualdades sociais, opressões e exclusões, que existem dentro e fora do ambiente escolar. Portanto, uma política voltada para educação e diversidade, contrapõe-se ao modelo vigente que fomenta o discurso e as práticas opressoras e discriminatórias.

Desta forma, a compreensão acerca das desigualdades sociais, econômicas, raciais e de gênero, suas causas e consequências históricas, apresenta-se intimamente associada à garantia efetiva e universal do direito à educação escolar pública, gratuita, democrática, de qualidade e ao longo da vida a todas as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. O amplo acesso aos conhecimentos escolares devem permitir a sua afirmação como sujeitos epistêmicos, possibilitando a reflexão crítica a respeito do mundo em que vivem (dialeticamente articulada entre sua dimensão local e o universal) e da perspectiva de construção histórica e coletiva de uma sociedade justa, igualitária, de direitos e sem preconceitos, que venha a problematizar profundamente o sistema capitalista (AMARAL, 2010, p. 2).

No documento de apresentação do Departamento, a Secretaria de Educação assume oficialmente e institucionalmente o enfrentamento a preconceitos e discriminações (étnicas, raciais, de orientação sexual e identidade de gênero, de

renda, territorial, geracional e por deficiências), reconhecendo-as como sendo uma das mais perversas consequências das desigualdades. Esse enfrentamento aconteceria não somente através do DEDI, mas também pela adoção de políticas públicas por parte de toda SEED, bem como de uma pedagogia anti-preconceito adotada pela Secretaria e passada para a comunidade escolar, mostrando um movimento de reconhecimento da importância da adoção de medidas e ações coordenadas para a garantia de uma educação de qualidade para todos e todas.

Com a criação do Departamento, a SEED assume e evidencia a construção de uma identidade institucional voltada às questões da diversidade sociocultural na Rede Estadual de Educação do Paraná, explicitando seu caráter oficial a partir das orientações pedagógicas, dos marcos legais e normativos, e da relação junto aos demais Departamentos, Diretorias, Coordenações, Grupos Setoriais, Núcleos Regionais e desta Secretaria de Estado, junto a outros órgãos governamentais e em articulação permanente com diversas organizações da sociedade civil (AMARAL, 2010, p. 3).

Outro ponto que necessita ser destacado no momento de criação e reestruturação do Departamento em questão é a importância dada aos movimentos sociais. No texto, as reivindicações e pautas dos movimentos são respeitadas, levadas em consideração e se mostram parte indispensável da relação com a sociedade. Atentando para o fato de que tais movimentos contribuem também com a construção política, na medida em que reconhecem a educação e a escola como instrumentos de luta política, de conquista e manutenção de direitos, através da formação crítica e cidadã. Que possuem como objetivo garantir para todos e todas uma “educação pública, democrática, laica e de qualidade no Paraná” (AMARAL, 2010, p. 3). Importante ressaltarmos o compromisso colocado com a laicidade.

No documento também está o comprometimento em gerir as políticas públicas educacionais de forma democrática e participativa com toda comunidade escolar, com os movimentos sociais e com a sociedade civil organizada. Associado a isto, encontra-se a questão da produção dos materiais pedagógicos, das diretrizes e dos processos de formação, nos quais devem conter o entendimento e “reconhecimento e respeito à diversidade dos sujeitos que constituem a escola pública e os contextos de exclusão e desigualdade em que vivem” (AMARAL, 2010, p. 4).

O quarto aspecto alude-se à sua atribuição de estabelecer marcos legais e normativos, definidores de novos parâmetros de gestão das políticas de educação



voltadas às diversidades, possibilitando assim, a perenidade e a continuidade das políticas educacionais específicas como política pública de Estado e não somente como política de Governo.

A recente formação do DEDI apresenta-se sintonizada às orientações nacionais acerca das políticas públicas de educação e diversidade. A criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) no Ministério da Educação em 2004 contribuiu para dar destaque às demandas até então invisibilizadas e não atendidas efetivamente pelos sistemas oficiais de educação. A SECAD, assim como outros espaços de gestão do Governo Federal, foi proposta para garantir respostas e operacionalidade aos diferentes pleitos apresentados pelos movimentos sociais brasileiros uma vez que, no início da década de 2000, muitos deles haviam sido assumidos na legislação educacional brasileira (BRASIL, 2006).

A criação da SECAD, por sua vez, apresenta-se contextualizada aos diversos pactos internacionais e nacionais que a precederam e foram fundamentando a constituição de políticas públicas voltadas à diversidade. A participação do Governo Brasileiro e da sociedade civil organizada nas diversas Conferências Internacionais que marcaram as décadas de 1990 e de 2000 foi fundamental para a constituição de um novo pacto educacional voltado às questões da diversidade regional e sociocultural, ainda que orientado ao cumprimento de metas de universalização de acesso e de elevação da escolaridade direcionadas por agências multilaterais internacionais (FAUSTINO, 2006) (AMARAL, 2010, p. 5).

## **CADERNO SECAD**

O caderno SECAD foi publicado em 2007. Seu objetivo principal foi documentar as políticas da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação. Em seu texto, aponta-se para as necessidades que conduziram à constituição de uma agenda social, política e educacional que para além de não negligenciar questões relativas a gênero, identidade de gênero e orientação sexual, as coloque como prioridades. Para tanto, ressalva a importância de se garantir uma educação que seja efetivamente para todos, em todas as etapas. Para alcançar tal objetivo, presume-se que deve haver equidade e que a educação seja um direito de todos. Nele, a educação é percebida por diversos setores sociais como tendo um papel estratégico para a questão do entendimento da diversidade, pois (a experiência escolar) é vista como agente

essencial na garantia de inclusão, promoção de igualdade de oportunidades e enfrentamento de preconceitos, discriminações e violências, principalmente as de gênero e sexualidade. E para que isto se efetive são necessárias políticas públicas educacionais. E, mais uma vez, a escola é colocada como um espaço privilegiado não só para a formação do indivíduo como ser social, mas como espaço potencialmente problematizador, que reconheça a diversidade, desconstruindo hierarquias e preconceitos.

Para isso, é preciso considerar a experiência escolar como fundamental para que tais conceitos se articulem, ao longo de processos em que noções de corpo, gênero e sexualidade, entre outras, são socialmente construídas e introjetadas. Uma experiência que apresenta repercussões na formação identitária de cada indivíduo, incide em todas as suas esferas de atuação social e é indispensável para proporcionar instrumentos para o reconhecimento do outro e a emancipação de ambos. A escola e, em particular, a sala de aula, é um lugar privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos a diferenças. Daí, a importância de se discutir a educação escolar a partir de uma perspectiva crítica e problematizadora, questionar relações de poder, hierarquias sociais opressivas e processos de subalternização ou de exclusão, que as concepções curriculares e as rotinas escolares tendem a preservar (SILVA, 1996, 2000 e 2001). (...) Na mesma direção, ao situar tais discussões no terreno dos direitos humanos, a SECAD/MEC tem em mente que a legitimidade da pluralidade de gênero, de identidade de gênero e da livre expressão afetiva e sexual vai além dos importantes aspectos relacionados ao direito à saúde reprodutiva. Entende que integram os direitos humanos tanto os direitos relativos à saúde reprodutiva quanto os direitos sexuais, sem que estes devam ser considerados um subconjunto daqueles, pois os extrapolam (SECAD/MEC, 2007, p. 9).

Outros dois pontos importantes apresentados no caderno são com relação à formação dos educadores e com a revisão curricular. Sobre o primeiro ponto se reconhece a importância da formação inicial e continuada de educadores e educadoras, pois somente através da formação é possível abordar tais temas como sexualidade, diversidade e diferença de maneira não hierárquica e discriminatória. Portanto, a formação de educadores/as é fundamental para qualquer mudança que se proponha. O segundo ponto é sobre a necessidade de uma permanente atenção com o currículo e com os materiais didáticos.

## **CADERNO TEMÁTICO DA DIVERSIDADE SOBRE SEXUALIDADE da SEED**

O Caderno temático da diversidade intitulado “Sexualidade” foi impresso em 2009 (governo de Roberto Requião/PMDB), e foi o primeiro caderno publicado pelo

Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual do Departamento da Diversidade. Como o nome diz, são reflexões e materiais acadêmicos relacionados à sexualidade, que contribuem para uma discussão crítica sobre relações de gênero e diversidade sexual nas escolas. O caderno possui 12 artigos acadêmicos, sugestões de filmes, livros e sites para estudo, formação docente e para utilização em sala de aula, pensados e elaborados para “subsidiar a prática pedagógica e reflexiva dos profissionais da Rede Estadual de Educação” (p. 7). Pensando e abordando a “sexualidade como construção social, histórica e cultural e, portanto, indissociável do discurso escolar” (p. 12).

Um aspecto interessante deste material é a forma diversificada de abordagem da questão da sexualidade através dos textos: apresentação e explicação de termos e conceitos básicos sobre sexualidade e gêneros, histórico da discussão da sexualidade e sua importância na escola, inserção da educação sexual no currículo escolar, alternativas para discussão de questões de gênero a partir de filmes, relação entre gênero e papéis sociais, a importância do tema em relação à saúde para a construção de uma educação sexual efetiva, violência contra a mulher, combate às DST e AIDS e o papel da mídia na construção dos papéis sociais tradicionais de gênero.

Pautar reflexões críticas acerca da sexualidade, das relações entre os gêneros e da diversidade sexual nesse Caderno Temático revela a posição institucional da SEED de dar visibilidade ao enfrentamento do sexismo, da homofobia e do racismo, bem como de debater a prevenção e promoção da saúde no espaço escolar, na perspectiva do respeito aos diferentes sujeitos educandos/as e educadores/as. Essas reflexões pretendem contribuir para superar os índices de evasão escolar ainda existentes nas escolas, muitas vezes provocados por atitudes explícitas e/ou veladas de preconceito e discriminação (CADERNO SEXUALIDADE, 2009, p. 7).

## **RELATÓRIO NGDS**

O Relatório final do NGDS (Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual) desenvolvido em 2010 tem como objetivo relatar as ações desenvolvidas entre 2007 e 2010 pelo Núcleo, antes de sua reestruturação e transformação em Coordenação. Importante pontuar que este documento, além de relatar um breve histórico de cada ação, também as avalia, abordando avanços e pendências e propõem perspectivas.

Entre as principais ações, pode-se destacar: a realização do Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), ação Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), desenvolvimento/organização das Diretrizes Curriculares Estaduais de Gênero e

Diversidade Sexual do Paraná, desenvolvimento do Grupo de Estudos sobre Gênero e Diversidade Sexual, oferta do Itinerante 2010 – Oficinas de Gênero e Diversidade Sexual, idealização da campanha de enfrentamento a Lesbofobia, Homofobia e Transfobia e pela utilização do nome social de travestis e transexuais nas escolas, realização do I Encontro Estadual de Educação LGBT do Paraná e produção do Caderno Temático sobre Sexualidade.

O Curso Gênero e Diversidade na Escola – GDE foi uma proposta federal de formação continuada sobre Diversidade Cultural, Gênero, Diversidade Sexual e Relações Etnicorraciais para professoras/es das Redes Públicas Estaduais. O formato somou duzentas horas, sendo cento e setenta à distância e trinta presenciais. Se inscreveram no GDE um total de 1.437 profissionais da educação, sendo professoras/es, pedagogas/os e diretoras/es, das quais 934 concluíram o curso. De acordo com o relatório o curso incentivou a transformação de práticas pedagógicas daquelas/ daqueles que participara, bem como fomentou discussões sobre as temáticas de gênero e diversidade sexual nas escolas. Muitos dos debates propostos no curso contribuíram para a criação de espaços de formação nos locais de trabalho, abrangendo não só professoras/es, mas também, funcionárias/os das escolas e pessoas da comunidade escolar como mães, pais e/ou responsáveis por alunas/os, representantes das organizações da sociedade civil entre outros.

A ex-coordenadora do NGDS, Dayana Brunetto Carlin dos Santos, coloca que uma das ações mais importantes realizadas pelo GDE, foi a parte presencial do curso, que além de ter sido construída em conjunto com Movimentos Sociais, utilizou uma metodologia chamada de “mesa de sujeitos”, onde quem compunha a mesa eram justamente pessoas que haviam sido discriminadas durante sua trajetória escolar. De acordo com ela isto é essencial não só para marcar o lugar de fala, mas também para desconstruir preconceitos.

*“o negócio foi incrível assim, e o outro ponto alto do evento é a mesa de sujeitos, que foi uma metodologia que fui eu que criei que é você pegar todas essas identidades, essas subjetividades, juntar numa mesa numa posição de docência, dizendo pras professoras como é que eles foram tratados na escola. Né, então por exemplo, uma travesti que você só enxerga no ponto ou na página policial, numa posição de docente*

*dizendo: “Olha, eu não terminei meus estudos porque eu não tive apoio dos meus professores”, né, e aí isso, nossa, mexe muito. A menina negra contando as experiências de racismo dela, uma mulher negra na escola. Então, tinha uma lésbica, bissexual, travesti, transexual, transgênero a gente teve também uma vez, é, uma mulher negra, uma lalorixá do Candomblé né, essas identidades. E aí assim, é uma mesa de contra discurso hegemônico, porque na verdade você pega as identidades que tão numa rede de privilégio confortável na nossa sociedade e coloca elas pra sentar e ouvir. E as identidades marginalizadas sobem à mesa pra dar a letra, então, muito incrível fazer essa inversão, sabe foi muito legal” (Dayana).*

O Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas – SPE foi uma iniciativa conjunta dos Ministérios da Saúde (MS) e da Educação (MEC) que financiou materiais e equipamentos para as escolas e equipes de saúde, com o objetivo de desenvolver ações integradas de prevenção e promoção da saúde de crianças, adolescentes e jovens das Redes de Ensino, através da articulação entre as escolas públicas e as Unidades Básicas/Unidades de Saúde da Família, por meio da realização de ações dirigidas às/aos alunas/os. O SPE ocorreu em Curitiba, Ponta Grossa, Telêmaco Borba, Ivaiporã e União da Vitória.

Em 2010, o NGDS/DEDI/SEED organizou em conjunto com a Universidade Federal do Paraná – UFPR (através do Setor de Educação e da professora Dra. Maria Rita de Assis César), as Diretrizes Curriculares Estaduais de Gênero e Diversidade Sexual do Paraná. Esse documento tem como objetivo orientar as ações pedagógicas e curriculares com base em “questionamentos sobre a construção histórica das relações entre os gêneros e do reconhecimento e valorização da diferença nas escolas” (2010). Ou seja, problematizam os saberes normatizados e naturalizados, sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual. Seu objetivo principal é fundamentar e qualificar o trabalho pedagógico sobre esses temas na escola e promover discussões sobre o preconceito, a discriminação e a violência praticada contra a população LGBT no ambiente escolar. É importante frisar que além de um material problematizador, foram as primeiras diretrizes sobre gênero e diversidade sexual propostas por uma Secretaria de Estado da Educação tanto no campo educacional nacional quanto internacional.

Também no ano de 2010, o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual – NGDS/DEDI/SEED apresentou o grupo de estudos sobre Gênero e Diversidade Sexual como formação continuada. A formação aconteceu aos sábados e envolveu 2.557 participantes. O objetivo dessa ação foi fomentar a discussão sobre questões de gênero e diversidade sexual nas escolas por meio da interação entre suas/seus profissionais, abordando a temática curricular e problematizando questões polêmicas relacionadas a uma reflexão sobre a mídia e as sexualidades.

Outra ação continuada que ocorreu em 2010 foi o “Itinerante 2010”, na qual professoras e professores ministravam oficinas em atividades propostas para docentes e funcionárias/os. O NGDS ofertou um curso de formação continuada sobre Gênero e Diversidade Sexual para as/os professoras/es que se inscreveram comoicineiras/os, as/os quais receberam os materiais para trabalharem nas quatro horas de cada oficina. Esse material incluiu vídeos, arquivos em Power point, textos, dentre outros recursos. Nesta ação foram realizadas 825 oficinas de Gênero e Diversidade Sexual, que envolveram 24.366 profissionais da educação como participantes das discussões realizadas. O objetivo dessa formação continuada foi fomentar a discussão sobre questões de gênero e diversidade sexual de forma mais ampla, por meio da interação entre os profissionais da educação de cada escola.

O NGDS/DEDI/SEED idealizou, em 2010, uma campanha de enfrentamento a LGBTfobia e pela utilização do nome social de travestis e transexuais nas escolas. A campanha teve objetivos: promover a discussão sobre preconceito, discriminação e violências sofridas pelas pessoas LGBT nas escolas e provocar a discussão sobre a normatização da utilização do nome social, garantida pelo Parecer nº 01/09 do Conselho Pleno do Conselho Estadual de Educação do Paraná.

Entre 20 e 24 de setembro de 2010, no Centro de Formação Continuada de Professoras/es de Faxinal do Céu, aconteceu o I Encontro Estadual de Educação LGBT do Paraná. Das 400 vagas ofertadas pela SEED, 390 foram preenchidas. O Encontro foi realizado em parceria com os movimentos sociais LGBT, feminista e sindical, e as oficinas foram ministradas por militantes desses movimentos e por técnicas/os-pedagógicas/os da SEED. O encontro somou 35 horas de trabalho formativo, sendo esta carga horária dividida em quatro oficinas sobre lesbianidades; homossexualidades; travestilidades e transexualidades; gênero e mídia. Além das

oficinas também foram realizadas outras atividades formativas: mesa redonda sobre Experiências Pedagógicas, mesa redonda sobre o Nome Social de travestis e transexuais e grupos de trabalho temáticos. O objetivo dos grupos foi elaborar propostas para reafirmar e fortalecer a política pública educacional de gênero e diversidade sexual da SEED.

Além destas ações, o relatório mostra que a equipe NGDS/DEDI/SEED também havia planejado um curso semipresencial sobre Gênero e Diversidade Sexual da SEED. O qual tinha como objetivo aprofundar conceitos e discussões sobre gênero e diversidade sexual numa perspectiva de garantia de direitos e de enfrentamento ao machismo, racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia e homofobia nos espaços escolares. Pretendiam utilizar os textos do Caderno Temático de Sexualidade como material de fundamentação teórica para as discussões na plataforma e nos encontros presenciais. Seriam ofertadas 400 vagas para professoras/es, pedagogas/os, diretoras/es e funcionárias/os das escolas e colégios públicos estaduais, teria um total de 120 horas de formação, sendo 80 à distância e 40 presenciais em 4 módulos. Entretanto, o curso foi vetado por restrição orçamentária.

Além das ações desenvolvidas, no final do relatório podemos conhecer dois prêmios que o Núcleo recebeu pelo seu trabalho, ambos em 2010. O Prêmio Aliadas, categoria Executivo Estadual pelo destaque na realização do trabalho em prol dos direitos da população LGBT do estado do Paraná, e o Prêmio Educando para a Diversidade Sexual da Global Alliance for LGBT Education – GALE, que consiste em um reconhecimento, valorização e incentivo a promoção do respeito à diversidade sexual no ambiente educacional no Brasil. Dayana Carlin dos Santos, coordenadora no Núcleo na época foi premiada pela sua dissertação de mestrado intitulada “Cartografias da transexualidade: a experiência escolar e outras tramas” (2010).

*“É, o caderno a gente fez as diretrizes né, que são as únicas no país, a gente fez outras produções né e os eventos de formação, a gente fez grupos de estudo, que daí os professores s e reuniam na escola, professores e funcionários reuniam na escola, liam os textos e mandavam as considerações pra gente. A gente fez uma formação itinerante, né, que andou pelo Paraná inteiro e tal, com oficinas que aí os próprios professores aplicavam, a gente preparava o material e as professoras*

*aplicavam nas suas escolas, foi uma das Coordenações que mais teve oficinas aplicadas naquele tempo né. A gente fez o GDE, que foi o Gênero e Diversidade na Escola que foi uma parceria com a UEPG e com o MEC, e a gente conseguiu uma coisa meio que inédita, porque o GDE nosso, na verdade a UEPG veio com 600 vagas e a gente falou pra UEPG: “600 num universo de 100.000 nem cócegas não me faz”, e a gente falou pra elas “Volta lá no MEC e fala que a gente quer 1.500, no mínimo”. Daí elas conseguiram (...)” (Dayana).*

### **PLANO ESTADUAL DE POLÍTICAS LGBT DO ESTADO DO PR (2013)**

O Plano Estadual de Políticas Públicas para a promoção e defesa dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) do Paraná data de 2013 (gestão do ex-governador Carlos Alberto Richa/PSDB), foi elaborado pela SEJU- Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e tem outras Secretarias como parceiras. Tem foco pautar políticas públicas de maneira transversal, através da criação de uma rede entre secretarias e outros órgãos estaduais com a finalidade de superar as discriminações decorrentes de orientação sexual e/ou identidade de gênero. De acordo com o material, o Plano é uma política de Estado e não de governo, portanto suas propostas e ações deveriam ser entendidas e executadas como algo sólido e permanente.

Em razão de sua importância e urgência, este Plano não se restringe a uma política de governo, limitada no tempo, colocando orientações passageiras ou circunstanciais. O Plano que ora se apresenta consubstancia verdadeira política de Estado, possuindo caráter estrutural e sistêmico, refletindo o dever institucional do Estado brasileiro de constantemente combater e eliminar todas as formas de violência, preconceitos e estigmas contra a população LGBT (PLANO ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS LGBT DO PARANÁ, 2013, p.11-12).

O documento é dividido em 6 eixos estratégicos: 1 - Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; 2 - Educação; 3 - Segurança Pública; 4 - Saúde; 5 - Cultura, Turismo, Comunicação Social e Esportes e 6 - Família e Desenvolvimento Social e Trabalho e Emprego. As ações tiveram como base, além dos dados alarmantes de violência, as resoluções das I e II Conferências Estaduais LGBT do Paraná. O Plano possui um objetivo geral e quatro objetivos específicos:



Objetivo geral: Propiciar subsídios para construção e implementação de políticas públicas voltadas à promoção e defesa dos direitos individuais e coletivos da população LGBT do Paraná.

Objetivos específicos:

- I- Promover a efetivação dos direitos e garantias fundamentais individuais e sociais das cidadãs e cidadãos LGBT;
- II- Eliminar o preconceito, discriminação e violência motivada por questões de orientação sexual e identidade de gênero;
- III- Fomentar a cooperação de órgãos e entidades, no âmbito do Poder Público Estadual, com vistas ao reconhecimento e respeito à população LGBT;
- IV- Possibilitar o monitoramento e avaliação das ações propostas no Plano Estadual LGBT pela sociedade civil organizada (PLANO ESTADUAL LGBT, 2013, p. 28).

Como a pesquisa diz respeito à questão da discriminação em ambiente escolar, o foco será no eixo 2. No eixo educação, o documento propõe oito ações, cada ação possui de duas a quatro metas, e cada meta um indicador correspondente. Também são observadas possíveis parcerias para realização das ações e metas, bem como o prazo e orçamento.

A primeira ação é “Incluir as questões de direitos humanos, gênero e sexualidades no currículo da Educação Básica e Superior sob a abordagem que promova o respeito e o reconhecimento da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero” (p. 33). As três metas previstas para a realização desta ação são: construir um grupo de trabalho na SEED com o nome de Gênero, Diversidade Sexual e Currículo, visando inserir esta temática no currículo da Educação básica Estadual; incluir nas formações as falas que reiterem a importância de inserir no PPP (Projeto Político Pedagógico) e nos planos de aula abordagens sobre gênero e diversidade sexual e potencializar a produção de materiais e metodologias para discutir por meio dos conteúdos específicos das disciplinas a temática em questão.

A segunda ação é “Sensibilizar e formar gestoras, gestores e profissionais da Educação Básica e Superior, através de parcerias governamentais e com a sociedade civil, em relação às questões de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, composição familiar e direitos humanos relacionados à comunidade LGBT”. (p. 33). As cinco metas previstas pra a realização desta ação eram: oferecer até 2014 para as escolas estaduais o Projeto Protagonismo Juvenil, oferecer até o ano de 2014 cursos EaD sobre Gênero e Diversidade Sexual para todas e todos profissionais da educação da Rede Estadual de Educação Básica, articular em

parceria com a SETI grupos de trabalho em Gênero e Diversidade Sexual para oferta de formação continuada voltada aos profissionais da educação, realizar parcerias com outras Secretarias Estaduais (Saúde, Turismo, Segurança e outras) para oferecer formação sobre Gênero e Diversidade Sexual para todas e todos servidores públicos do Paraná e firmar parceria com o Fórum Nacional de Gestoras e Gestores LGBT para a realização do Workshop Nacional de Gênero e Diversidade Sexual no ano de 2013 e 2014.

A terceira ação diz respeito à elaboração e distribuição de materiais didáticos e paradidáticos em diferentes formatos, de modo permanente e abrangente que trabalhe a temática com a comunidade escolar, incluindo formação dos profissionais para utilização do material e acompanhamento deste uso. As três metas pensadas para realização desta foram: orientação pedagógica sobre a seleção de livros didáticos adquiridos pela escola promovendo a importância da criação de materiais que contemplem as questões de Gênero e Diversidade Sexual, articulação de GTs com a SETI para produção de materiais de apoio pedagógico e disponibilizar, até 2014, o Plano de Curso e a versão final das diretrizes de Gênero e Diversidade Sexual para as escolas que aderiram ao Projeto Protagonismo Juvenil.

A quarta ação é sobre a promoção do acesso e da permanência das/dos travestis e transexuais na Educação Básica e no Ensino Superior, respeitando suas identidades de gênero, garantindo ensino e aprendizagem bem como acesso seguro aos banheiros e uso do nome social. A ação tinha como objetivo evitar situações vexatórias e constrangedoras e diminuir a vulnerabilidade. Duas metas entraram nesta ação: a inserção de uma discussão específica sobre a normativa do nome social em todas as formações em Gênero e Diversidade Sexual, apontando sua importância como política de afirmação e o estabelecimento de parceria com a Secretaria da Saúde; da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; Segurança Pública e Movimentos Sociais para divulgação da normativa do nome social, incluindo também os pontos de prostituição de travestis e transexuais no Estado do Paraná.

A quinta ação tinha como objetivo promover a produção, construção e difusão de um banco de dados para conhecimento sobre a questão LGBT através da promoção de estudos e pesquisas que analisem práticas pedagógicas, ações e currículos do cotidiano escolar acerca da diversidade sexual e de identidade de gênero. Para sua realização, previu-se: identificar docentes que discutiam a temática gênero e diversidade sexual e disponibilizar materiais para oferecer subsídios

teóricos e metodológicos para tal discussão e também identificar eventos das IES que abordassem o tema para oferecer parceria e disponibilizar vagas para os/as profissionais da Educação Básica.

A ação número seis consistiu em garantir a participação da comunidade LGBT nas esferas de controle social (Comissões, Ouvidorias, Conselhos e GTs) para discutir sobre o desenvolvimento de políticas públicas e acompanhar as denúncias de violações de direitos da população LGBT. Para tal, teve como meta manter aberto o diálogo entre DEDI e as entidades LGBTs, com o intuito de discutir, elaborar e aplicar políticas e ações voltadas para esta população.

A penúltima ação tinha como função superar preconceitos, estigmas, discriminações e violências, promovendo e divulgando as políticas públicas e s direitos LGBTs através de materiais e campanhas sensibilizadoras para toda comunidade escolar. As três metas que foram previstas: dar visibilidade à Política Pública Educacional de Gênero e Diversidade Sexual da SEED/DEDI/CERGDs, favorecer acesso e entendimento no site da SEED às informações, matrículas e orientações sobre Diversidade Sexual e produzir, em parceria com a Secretaria de Comunicação, materiais impressos e propagandas televisivas para divulgação das ações da SEED sobre o tema Diversidade Sexual e Gênero.

A oitava e última ação diz respeito à indicação de material bibliográfico e audiovisual para jovens e adultos sobre as questões de gênero e diversidade em uma perspectiva dos direitos humanos, contribuindo para o reconhecimento da cidadania LGBT. Três metas foram elencadas para esta última ação, são elas: produzir editoriais e material audiovisual com convidados do IV e V Encontro Estadual de Educação LGBT, realizados em 2013 e 2014, abordando conceitos acadêmicos sobre gênero e diversidade sexual, registrar as falas dos sujeitos LGBT com relação às suas experiências na escola e dispor este material no Portal “Dia-a-dia Educação”; sugerir títulos que abordem a temática para as escolas e colégios da Educação Básica e, por fim, inserir a discussão sobre Gênero e Diversidade Sexual nos eventos e nos materiais produzidos pelo Programa Saúde na Escola.

O prazo estipulado em todas as ações do Plano é descrito como “contínuo”, o que dá a entender que foi pensado de fato como uma política de Estado e não de Governo, ainda que, sob perspectiva das falas dos entrevistados o Plano Estadual não esteja se efetivando na área da Educação. É sabido que de 2013 para cá, o contexto nacional acerca da temática gênero e sexualidade se modificou bastante,

principalmente pela atuação da bancada parlamentar religiosa conservadora, que ao longo do tempo estigmatizou-a e criminalizou-a, impedindo, dificultando e desvalorizando políticas e ações que tivessem como objetivo assegurar os direitos da população LGBT. No entanto, ainda que não seja suficiente, a existência de um Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos da população LGBT já é um passo fundamental para a reivindicação destes direitos.

## **4 OUVINDO AS VOZES: AS ENTREVISTAS**

A ideia inicial neste trabalho era realizar apenas uma investigação documental a respeito das políticas educacionais e ações desenvolvidas pelo NGDS-DEDI/SEED-PR. Porém, pensou-se que seria interessante ouvir algumas impressões pessoais com relação a estas ações, com o objetivo de explorar suas influências e opiniões dos/das docentes.

Para a realização das entrevistas contou-se com a colaboração de sete pessoas, seis delas lecionam na Rede Estadual de Educação e a outra participou enquanto docente do curso de formação em Gênero e Diversidade realizado pela SEED em parceria com a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Para escolha dos entrevistados e das entrevistadas, procurei apenas seguir dois critérios: diversificar as disciplinas com as quais os/as docentes trabalham e o tempo de docência.

As entrevistas se basearam em um roteiro semiestruturado, o que colaborou para diversidade de respostas. Para preservar a identidade das pessoas entrevistadas, utilizarei como referência números, de acordo com a ordem que foram realizadas as entrevistas.

### **4.1 APRESENTAÇÃO DOS SUJEITOS**

A entrevistada número 1 possui graduação em Biologia, Especialização em Biologia com concentração em estudo de sexualidade, Mestrado em Educação com concentração em estudos de Gênero e Doutorado em Educação. Atualmente é professora de Biologia no Colégio Estadual Poty Lazarotto (Curitiba-Paraná) e iniciou seu trabalho nesta instituição em 2001. No final de 2001 foi chamada para trabalhar na equipe de currículos de Ciências na Secretaria de Educação. Em 2009 foi convidada para fazer parte do então recém-criado Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual, onde trabalhou até 2015, um pouco antes do episódio do 29 de abril. Durante boa parte do período em que esteve no Núcleo, foi Coordenadora do mesmo, no entanto, mudanças políticas reestruturaram sua organização.

A entrevistada número 2 é formada em Artes, atualmente é professora substituta do Departamento de Prática de Ensino da UFPR e ministra aulas de pintura e desenho na Fundação Cultural de Curitiba.

O entrevistado número 3 também é formado em Biologia, trabalhou como professor na Rede Estadual de Ensino no Estado do Paraná durante 12 anos e atualmente é assessor pedagógico na APP Sindicato.

O entrevistado número 4 é formado em Ciências Sociais, trabalha no Colégio Paulo Leminski desde 2015, quando começou a dar aulas de Sociologia para o Ensino Médio Regular e para o curso de Formação de Professores e Professoras.

A quinta pessoa entrevistada é formada em História e é professora do ensino fundamental e médio na rede pública Estadual do Paraná desde 2009.

A sexta e última professora entrevistada é formada em Filosofia, tem especialização em Filosofia e cinema e é docente da Rede Pública Estadual desde 2015.

Entrevistou-se, portanto, docentes de cinco disciplinas diferentes: Artes, Biologia, Filosofia, História e Sociologia. E o tempo de docência variou entre 3 e 15 anos.

## **4.2 A FALA DOS ENTREVISTADOS**

### **PARTICIPAÇÃO NAS AÇÕES E POLÍTICAS DA CERGDS**

Quando questionados/as a respeito da participação em alguma ação da Coordenação da Educação das Relações de Gênero e Diversidade Sexual do DEDI, três docentes responderam que haviam participado de ações e outros três responderam que não tinham conhecimento da existência da Coordenação. As pessoas que responderam não ter participado, demonstraram surpresa com relação à falta de conhecimento desta Coordenação, mostrando que gostariam não só de conhecer, mas de participar de ações, programas, enfim, se inteirar do desenvolvimento, cursos e propostas da Coordenação, principalmente por conta da temática desta.

Dentre aqueles/as que participaram de ações do DEDI, dois participaram do GDE e do I e do II Encontro Estadual de Educação LGBT e um participou do GDE e de todas as outras ações desenvolvidas até o ano de 2015. Em relação ao GDE, os três foram enfáticos ao relatar importância que o Curso teve em suas formações enquanto docentes. A respeito disso, uma fala de um entrevistado faz bastante sentido:

*“Então, os encontros o primeiro encontro LGBT foi muito bom, era um encontro de educação, não era voltado pra pessoas LGBT, mas era pra trabalhar com o assunto então ele foi extremamente formativo e várias pessoas que não tinham contato nenhum com a temática acabaram aprendendo. É (...), isso quebrou alguns tabus existentes na educação. Porque o primeiro encontro se eu não me engano participaram pessoas que já faziam o GDE, então o GDE foi acho que para 2500 professores na época ou 1700, não lembro, mas foi um público grande dentro do Estado e uma das tarefas do GDE era desenvolver uma ação contra a LGBTfobia. Então isso fez com que o tema viesse à pauta no estado, então praticamente todas as escolas do Paraná, que são duas mil duzentas e alguma coisa tinham alguma ação voltada pra isso, era uma tarefa do curso então o cursista ele obrigatoriamente tinha que desenvolver, mas foi um pontapé inicial. É, com essas ações, a temática ela veio à tona e eu acho que nós conseguimos é, “produzir um grupo de pessoas” voltadas às questões da é da população LGBT. É (...), entender o que é num primeiro momento e depois entender o que qual era a ação da escola, que a pedagogia para as pessoas LGBTs ela não é diferente da pedagogia das outras pessoas, mas tem alguns encaminhamentos que se tem que tomar cuidado, por exemplo, uso do banheiro pelas travestis e transexuais, não existe nenhum tabu, mas ainda hoje tem pessoas que impedem que essa população utilize o seu banheiro de, enfim, relacionado ao seu gênero”.*

E com relação à metodologia da mesa de sujeitos do GDE, outra entrevistada relatou:

*“Então assim, foi o primeiro projeto da SEED onde nós tínhamos pessoas trans, pessoas é, meninas lésbicas, negras, é, gays negros, bicha preta, enfim. Você tinha uma diversidade de pessoas atuando como docentes dentro desse espaço. E para muitas pessoas cis hétero branca isso era uma afronta assim, era subverter uma ordem hegemônica e pra mim foi uma, um momento assim de encantamento também, sabe de não recuar diante de algumas situações em que essas pessoas, e vinham com esse*

*discurso de que essa a nossa presença ela era (...) era uma espécie de, maculava aquele lugar né?” (Entrevistada).*

Este relato mostra como foi marcante a metodologia utilizada no Curso GDE, como o reconhecimento e valorização do lugar de fala podem contribuir para a reflexão sobre preconceitos.

## COMBATENDO A LGBTFOBIA NA ESCOLA ATRAVÉS DE OUTRAS AÇÕES

Das seis pessoas entrevistadas, duas não haviam participado de nenhuma ação de combate à LGBTfobia no ambiente escolar. As quatro que responderam positivamente, afirmando que haviam participado de ações que não tinham sido necessariamente propostas pelo DEDI-SEED, relataram que as ações foram rodas de conversas, palestras na Semana Cultural, discussões em sala com base nas Diretrizes Curriculares de disciplinas e ações propostas pela Equipe Multidisciplinar das escolas.

*“Antes de conhecer esse trabalho da SEED, eu desenvolvia trabalhos no núcleo que eu estava, que eu sou natural de Guarapuava. Então lá em Guarapuava eu comecei a desenvolver um trabalho na minha escola, e por conta do trabalho na escola, o núcleo de educação acabava me convidando pra fazer palestras e outras atividades nas escolas da da região, a partir desse trabalho que eu fui me indicaram pra fazer o GDE. Então os trabalhos eram palestra de conscientização, que na época isso foi em 2007 2008, então a palestra naquele momento ela ajudava a entender os conceitos. É, além disso a gente fazia exposições , é a gente falava muito em mesa de sujeitos na época, que era organizar uma roda de conversa com sujeitos gays, lésbicas, travestis pra levar pra escola pra quebrar alguns tabus que existem, quer dizer, que ainda existem. Mas era um trabalho inicial” (Entrevistado).*

*“Na realidade a gente meio que atrelou à semana cultural e acabou levando até um pouco além da semana cultural, dentro da sala de aula fizemos um trabalho reforçado e entre os professores de algumas disciplinas, não foram todos. Foi Filosofia, Sociologia, Artes e História. (...) Olha, foi bem envolvente assim, os alunos adoraram, foi super receptivo*



*da parte dos alunos, mas a gente encontrou um pouco de resistência da direção inclusive, principalmente quando a gente levou pra além da Semana cultural, quando se trabalhou em sala” (Entrevistada).*

## IMPACTO DAS AÇÕES VIVENCIADAS NA ESCOLA

Quanto ao impacto das ações de combate à LGBTfobia na escola os entrevistados indicaram que a falta de abordagens com este tema (gênero e diversidade sexual) causa um impacto negativo no cotidiano escolar.

*“Como não teve nenhuma ação com relação à diversidade é, ou às questões LGBT, então não teve nenhum impacto, inclusive eu diria que a falta dessa discussão nas escolas pode ter um impacto negativo sim” (Entrevistada).*

Já aqueles/as que participaram de ações, desenvolvidas ou não pelo DEDI, pontuaram o impacto das ações. Uma das professoras que participou do GDE disse a respeito do impacto deste Curso de Formação:

*“Então, eu acho que o impacto maior é, assim, é aqueles professores e professoras que são preocupados né em produzir e promover um espaço é plural, democrático, essas pessoas se sentiram valorizadas, encorajadas, estimuladas, foram subsidiadas com uma literatura a respeito dessas é, desses temas e à medida que elas levavam esse debate pra sala, né, os sujeitos que estavam na condição de estudantes, principalmente, se sentiam valorizados. Então assim a, é um processo de é, que vai atingir de uma forma muito efetiva o estudante, a estudante principalmente com relação à sua autoimagem, sua autoestima, porque nós não temos espelhos dentro do espaço escolar, e uma coisa que eu achei muito importante foi que além dos docentes, né, dos professores e professoras do Estado LGBT que vinham para esses cursos, vinham muitas pessoas que não são LGBT né, então parceiros e parceiras que são muito necessários pra gente. Então, esse essa presenças, ela vinha no sentido de dizer né que a escola, que você não precisa ser uma pessoa LGBT pra combater a LGBTfobia, você não precisa ser uma pessoa negra pra combater o racismo. Então de efetivo mesmo a gente*

*teve fortalecimento dos sujeitos, principalmente do estudante e da estudante que estava lá na ponta dessa situação toda de saber que havia sim uma política de direcionada para garantir os direitos dessas pessoas no espaço educativo assim” (Entrevistada).*

O terceiro entrevistado pontuou o impacto da participação das ações na forma como lida com as questões que envolvem orientação sexual em sala de aula, lugar onde surgem diversos conflitos e violências relacionadas à discriminação com quem é considerado diferente, não apenas entre alunos, mas também entre alunos e professores:

*“Porque é, quando eu desenvolvia a as minhas ações, é porque eu sou gay então eu sentia a necessidade de trabalhar esse tema de sala de aula, mas as ações da SEED serviram principalmente pra teoria. Porque uma coisa é eu sozinho querer estudar outra é você ter indicação de autores, enfim, exato. E assim, eu sou militante LGBT desde 2005, mas existe um vácuo dentro da militância que é essa questão teórica, poucos militantes param pra escrever ou enfim estudar sobre e ter um parâmetro de comparação. Hoje eu consigo discutir conceitos que se eu não tivesse passado pelo GDE ou pelos encontros eu não conseguiria discutir” (Entrevistado).*

A entrevistada N.6 respondeu que não sabe se o impacto foi positivo, pois a falta de acompanhamento na escola não permitiu uma avaliação:

*“Eu espero que tenha tido impacto positivo assim. É que daí como foi mais pro fim do ano e logo saí, eu não tive, não consegui né ver nos ano seguinte não tava mais lá. Mas eu acho que pra alguns alunos pode até ter tido sim, espero que sim” (Entrevistada).*

## AS AÇÕES HOJE

A pergunta que teve como objetivo investigar se os/as entrevistados/as tinham conhecimento de alguma ação ou política que estava sendo desenvolvida pelo DEDI-CERGDS atualmente foi respondida por todos/as. No entanto apenas dois afirmaram que têm conhecimento de alguma ação ou política de combate à LGBTfobia no ambiente escolar desenvolvida pelo DEDI. Dos/as quatro que

responderam que não tem conhecimento sobre alguma ação atual, dois já conheciam o trabalho do CERDGS enquanto NGDS, portanto compararam as ações e as outras duas pessoas afirmaram não saber de políticas atuais por não conhecerem o Departamento e seu Núcleo. Este fato mostra um desconhecimento por parte dos professores com relação ao trabalho do CERDGS, que pode ter algumas causas, entre elas a falta de uma divulgação mais ampla dos trabalhos realizados pelo CERDGS.

*“Tipo, de formação de 40 horas como era o GDE, formação nem de 20 horas, de 16 horas nem de nada, só o que tem é aquelas coisas à distancia que pra mim... o GDE ele era maior parte à distancia, 170 horas, mas se não tivesse a parte presencial não funcionaria, porque preconceito, discriminação você desconstrói olho no olho, não é online” (Entrevistada).*

*“Não. Porque assim, houve um desmonte do equipamento que existia na SEED. O núcleo de diversidade sexual ele já teve, se não em engano, 12 ou 13 pessoas trabalhando dentro da SEED, tanto é que era referência no Brasil essa política. Hoje eu não sei, eu acho que são 2 ou 3 pessoas que trabalham, então houve um desmonte... é, esse número de pessoas não dá conta de resolver todos os problemas e assim, apesar de ter sérias críticas à atual organização desse núcleo, eu tenho que tira o chapéu porque pelo menos eles estão resistindo lá dentro. Porque é, nós tínhamos um governo de, eu vou dizer centro que era o Requião, mas ele era mais voltado pras políticas de esquerda, tinha uma época abertura pra trabalhar isso. Quando entrou o outro governo é, por um ano , um ano e meio a equipe anterior ainda resistiu, mas de repente vieram veio uma pressão tão grande por parte dos apoiadores desse cara que o núcleo foi desmontado. Aliás, era um departamento e agora se tornou um núcleo enfim, e essas pessoas não dão conta de organizar a política da forma que que ela é necessária. Tanto é que desde 2013, se não me engano, que foi o último ano do encontro LGBT nem se fala mais a respeito disso e quando você pensa em formação pedagógica nas escolas pros professores, esse povo desapareceu. Eles ficam muito atrelados à burocracia” (Entrevistado).*

As pessoas que afirmaram saber de políticas e ações atuais ressaltaram que o foco maior no momento parece ser a questão da desigualdade de gênero e violência contra as mulheres, e não mais o combate à LGBTfobia.

*“Só das cartilhas de violência de gênero, contra a mulher, que eles disponibilizam no site, é a única ação que eu tenho assim mais referência assim na memória agora” (Entrevistado).*

*“E o que eu vejo é que muito vai muito pro lado agora da violência contra as mulheres, entendeu? Gênero igual mulheres (...)” (Entrevistada).*

## IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES DE COMBATE À LGBTFOBIA NO AMBIENTE ESCOLAR

As seis pessoas entrevistadas comentaram sobre a importância de ações neste sentido, todas foram enfáticas ao afirmar a necessidade da escola trabalhar este assunto, da falta que políticas educacionais de combate à LGBTfobia fazem para os/as docentes mediar conflitos, violências verbais e físicas na escola. Na fala de uma das docentes é interessante ressaltar sua percepção acerca da educação como direito fundamental. Desta forma, a falta de políticas e ações de combate à discriminações e violências dentro da escola, colaboraria de maneira decisiva para a permanência ou abandono desta. Portanto, as ações de combate à LGBTfobia podem representar a diferença entre alguém usufruir e garantir seu direito ou não.

*“Porque na verdade você desconstruir, é as questões de, vou falar em preconceito e discriminação que são todas essas que eu te elenquei, que estão todas atreladas, eu não enxergo o racismo sem enxergar a LGBTfobia, não enxergo LGBTfobia sem enxergar o machismo, pra mim tá tudo interligado. Então pra você desconstruir essas questões, a escola tem que abraçar um projeto de escola livre de discriminação. E aí, quando se trata das questões de gênero, ok. As mulheres e tal, têm políticas tem isso tem aquilo, quase ninguém se opõe e se se opõe não fala, porque é feio você se opor. Quando as questões dão de LGBTfobia, é mais difícil as pessoas, porque não tem uma lei que apoie, porque não tem um apoio institucional, por n, porque não querem mesmo, entendeu, por n coisas. Então quando, por exemplo, uma professora, um professor assume esse projeto na escola, se você tem algum aluno intolerante, algum aluno preconceituoso, ele vai ver que ele que o professor, querendo ou não, dentro da sala de aula ele é uma autoridade. Quando você chega por exemplo na direção, se a gente tem um caso do homofobia aqui na escola, como teve ano passado, eu faço parte do Conselho Escolar esse ano; elas chamam, fazem ata e dizia “aqui nessa escola a gente não admite”, e essa é uma postura muito minha: aqui não, a gente não admite*

*nenhuma prática preconceituosa ou discriminatória, de ninguém contra ninguém. Quando a questão é inversa, de professor contra aluno, para lá também e ela fala: “não admitimos”. Então pro sujeito é fundamental, pode significar a diferença entre ele terminar os estudos ou não, é simples assim (...)Por que a instituição precisa assumir essas questões que acontecem dentro da instituição com uma postura muito firme e muito transparente, e daí pra isso precisa formação, porque você não muda de opinião do nada, entendeu. Você precisa de formação, de argumentação, ainda mais nesse campo que não tem muita lei. Na verdade não é que não tem lei, tem lei internacional, tem lei nacional, mas é tudo subjetivo (...). E a importância, enfim, é fundamental, principalmente pra essas pessoas né, pra esses sujeitos que pretendem ta na escola, que pretendem terminar os estudos, que provavelmente a maioria deles não terminou por conta que não teve acolhida na escola, não teve respeito aos direitos né, reconhecimento dos direitos. Pelo contrario, teve violação dos direitos e ninguém pra se posicionar a favor deles né, então pra mim é fundamental como educação né, projeto de educação é fundamental (...). Mas enfim, então pra mim é fundamental (...) essas políticas são fundamentais, é a diferença entre as pessoas poderem conseguir avançar ou não” (Entrevistada).*

Nas falas dos/ das entrevistado/as N.3, N.4 e N.5 a questão da falta de conhecimento de docentes, gestores/as e funcionários e funcionárias em geral para trabalhar com as diversidades reaparecem. Permitindo supor que o conhecimento e a formação são fundamentais no processo de desconstrução de preconceitos e discriminações.

*“Sim, sim com certeza, porque apesar de ser um tema que ele socialmente é melhor trabalhado, ainda existem muitos tabus, as pessoas têm muito desconhecimento e o desconhecimento gera ignorância. Então você trazer esse tema pra sala de aula, é importantíssimo” (Entrevistado).*

*“Porque você trabalhar com a informação, com o esclarecimento com relação às diferenças em sala de aula, e você não ta fechando os olhos pra uma realidade que ta presente o tempo todo no ambiente escolar. Seja por parte dos alunos, ou seja, por parte dos professores, né, a gente percebe que tem muitos professores é que também tem falta de informação, mas não sabem lidar com uma situação do aluno homoafetivo, uma aluna né que tem um comportamento, vamos dizer assim, mais diferenciado em relação a gênero em sala de aula. Então é, eu acho que é extremamente importante, e urgente” (Entrevistado).*

*”Considero extremamente importante que essas ações aconteçam no ambiente escolar, porque: porque há, é, dentro das escolas, tanto os funcionários, toda a escola em si, tanto os professores, a gestão, a direção, a coordenação pedagógica, não se vê preparada e não sabe como lidar com essas questões, por até uma questão de falta de conhecimento sobre o assunto é, eu acredito que boa parte dos professores e de toda escola se sente despreparada e inibida de lidar*

*com essas questões. Questões relacionadas principalmente à diversidade, aos sujeitos LGBT, que muitas vezes acontecem casos de homofobia dentro da escola e as pessoas não sabem como lidar com essa situação, justamente por não ter esse debate dentro da escola. E isso é, isso contribui pra que a gente não, pra que não haja um combate efetivo à homofobia, pra que os casos de homofobia até de evasão escolar de sujeitos LGBT aconteça e aumente cada vez mais e, conseqüentemente o preconceito e a discriminação tendem a aumentar cada vez mais por falta de ter esse diálogo né, da administração, da SEED nas escolas, dos professores não saberem lidar com essas, com essas possíveis situações no dia a dia dentro de sala de aula e, como política pública e política educacional, é, acredito que seja uma das pautas principais e urgentes a serem trabalhadas e contempladas dentro da escola, dentro de sala de aula, mas precisa sim de um trabalho efetivo da SEED, de combate, de ações que visem o combate à discriminação, à LGBTfobia e também todas as outras formas de preconceito e discriminação que a gente vê e que tem aumentado aí dentro e fora da escola” (Entrevistada).*

*“Sim, deveria ter em todas as escolas, deveria ser investido nisso, que a gente tem a necessidade de ter um programa mais sistemático né? Em cada escola” (Entrevistada).*

#### **4.3 CATEGORIAS DE CONTEÚDO: A AUSÊNCIA TAMBÉM FALA**

Esta última seção do trabalho tem como objetivo apontar questões que não foram perguntadas diretamente no questionário das entrevistas, mas que se apresentaram nas falas e nas reflexões posteriores às entrevistas.

A primeira delas diz respeito à relação entre Políticas de Governo e Políticas de Estado. Embora os documentos analisados indiquem que as políticas adotadas são ou devam ser políticas de Estado, em especial às que se referem à garantia de direitos fundamentais previstos não só na Constituição Federal de 1988, mas também na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a fala baseada na prática e vivência dos/as docentes mostra o contrário. As falas se manifestam no sentido de evidenciar descontinuidades conseqüentes de mudanças de governo, tornando assim, as políticas frágeis e periódicas, sem a continuidade e o fortalecimento necessário para as Políticas de Estado.

Com relação a isso, uma entrevistada colocou:

*“E isso mostrava realmente, confirmava como é necessário, como se faz necessário essas políticas dentro das escolas. Nesse último governo, o governo PSDB, houve um retrocesso muito grande né, os cursos de*

*formação foram sendo eliminados e a gente tem tido muitos problemas pra fazer pra, pra que as pessoas trans tenham o direito do uso do nome social reconhecido sabe, por conta de situações que passa por essa, por esse posicionamento de alguns professores e professoras conservadores e que acreditam em ideologia de gênero, defendem o discurso da escola sem partido e não querem né que as pessoas LGBTs reivindicuem seus direitos, sabe, isso é um problema muito grande. (...) Mas o problema foi que depois não teve continuidade, né porque a gente teve é o, eu acho que eu não lembro quantos encontros de educação LGBT que nós tivemos, mas esses encontros de educação LGBT foram desdobramentos dessas políticas do GDE né e que pra gente também era um espaço assim de fortalecimento também né, porque o docente principalmente aquele professor afeminado, aquela professora masculinizada, ela se sentiu é, amparada, dentro do Estado né, coisa que a gente não tinha até então. E os canais de denuncia que começaram a ser desenvolvidos né, porque a pessoa é quando ela se sentia discriminada, ela sabia que tinha um departamento da diversidade na SEED e ela procurava seus direitos, fazia denuncia quando o nome social não era respeitado, quando alguma situação de homofobia, de lesbofobia era percebida, sabe? Então assim, foi um momento muito importante porque a gente conseguia sabe é, assim, a gente se sentia né realmente, via na prática que esse trabalho ele tava tendo, tava chegando na escola, tava chegando na sala de aula, né, mas agora infelizmente a gente não tem mais essa mesma situação, a gente ta bem enfraquecido agora” (Entrevistada).*

É fundamental ressaltar que a descontinuidade não ocorreu apenas no sentido de descontinuidade de governo, ou seja, a descontinuidade de programas que ocorrem quando um grupo político diferente assume o Governo. Políticas diferentes em um mesmo mandato, ou então prioridades diferentes, resultado de disputas políticas também afetaram a continuidade das ações de combate a LGBTfobia. O veto ao programa “Brasil sem Homofobia” e à “Escola sem Homofobia” produziu um “efeito cascata” que atingiu as políticas Estaduais. As ações Estaduais que estavam em consonância com as Federais foram desestruturadas, o respaldo e a legitimidade de criar políticas públicas educacionais locais que seguiam as mesmas bases das nacionais foram fragilizados.

*“Aí ele degringolou, porque na verdade houve também um marco histórico que é o veto do kit. É, Escola sem Homofobia pela presidência da República que, como a gente tinha a primeira gestão do Beto Richa, falou “Ah, mas se nem a Presidenta quer que isso aqui vá pra frente, que que vocês tão...” (Entrevistada).*

A segunda questão foi com relação à divulgação das políticas e ações do DEDI-CERGDS, mais especificamente à falta de divulgação. A surpresa por parte de alguns entrevistados/as em saber da existência de um Departamento dentro da Secretaria de Educação desenvolvido para tratar temas relativos às diversidades foi grande.



## 5 CONSIDERAÇÕES

A partir da revisão bibliográfica, da análise dos documentos e das entrevistas, consideraram-se as seguintes questões:

Existem políticas educacionais de combate à LGBTfobia no Estado do Paraná, inclusive o Estado foi pioneiro na formulação de Diretrizes. Aparentemente houve uma diminuição no desenvolvimento e criação de políticas educacionais de combate à discriminação com relação à diversidade de gênero e sexual nas escolas. As primeiras políticas que surgiram, inclusive a política que impulsionou a criação do DEDI, foram influenciadas por ações e políticas públicas federais. Na medida em que o Departamento e seus Núcleos (hoje Coordenações) foram se desenvolvendo, as políticas, programas e ações tornaram-se mais independentes. Porém, até o ano de 2011 recebiam uma legitimidade maior, visto que se assemelhavam às Federais. Com o veto ao programa “Brasil sem Homofobia”, à “Escola Sem Homofobia” e da crescente hostilização parlamentar acerca do tema, as políticas Federais, Estaduais e Municipais foram desestruturadas. Tal fato, aliado à troca de governo, e a não efetivação das Políticas de Estado como tal, fez com que houvesse uma diminuição no desenvolvimento e na oferta de ações e políticas de combate à LGBTfobia nas escolas.

Apesar da falta de conhecimento de alguns dos/as entrevistados/as sobre a existência do DEDI e do CERGDS, planejamento e criação de políticas de combate às discriminações motivadas por diversidade de gênero e sexual, sua existência e ação mostra-se extremamente necessária e fundamental na construção de uma escola e sociedade mais plural e democrática. Afinal, como muito bem colocou uma das entrevistadas, a construção de uma escola plural, segura e democrática pode ser a diferença entre uma pessoa estar nela ou não.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Wagner Roberto. Texto de apresentação do DEDI. A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ: TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS. 2010.

ASINELLI-LUZ, A.; CUNHA, J. M. Percepções sobre a discriminação homofóbica entre concluintes do Ensino Médio no Brasil entre 2004 e 2008. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 87-102, jan./abr. Editora UFPR, 2011.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. A “guerra” contra o gênero: reações às últimas décadas de políticas de promoção da igualdade de gênero no Brasil. *Cadernos Pagu* (51), 2017.

BORGES, Zulmira Newlands; PASSAMANI, Guilherme Rodrigues; OHLWEILER, Mariane Inês e BULSING, Muriel. Percepção de professoras de ensino médio e fundamental sobre a homofobia na escola em Santa Maria (Rio Grande do Sul/Brasil). *Educ. rev.* [online], n.39, pp.21-38. 2011.

BORGES, Zulmira Newlands e MEYER, Dagmar Estermann. Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.* [online], vol.16, n.58, pp.59-76, 2008.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos 2006/ Comitê Nacional SEDH/MEC/MJ/UNESCO, 2006.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos*. Cadernos SECAD, v.4, Brasília: MEC/SECAD, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação, Secretaria Executiva, Secretaria Executiva Adjunta. *Educação brasileira: indicadores e desafios: documentos de consulta / Organizado pelo Fórum Nacional de Educação*. Brasília, MEC/SE/SEA, 2013, 95 p.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. SEDH/PR, 2009.

COLBERT, Melissa Bello e Luzzi, Jaqueline. Gênero e diversidade sexual na escola: da exclusão social à afirmação de direitos. A experiência do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. IX EDUCERE, 2009.

DINIS, Nilson Fernandes e PAMPLONA, Renata Silva. "Encontrando Bianca": discursos sobre o corpo-travesti. Pro-Posições [online], vol.25, n.2, pp.217-236, 2014.

JUNQUEIRA, R. D. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. Espaço do Currículo, v. 2, n. 2, p. 208-230, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. "Corpo, escola e identidade". Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 59-75, 2000.

\_\_\_\_\_. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista/Guacira Lopes Louro. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MOREIRA, Jasmine. Janelas Fechadas: a questão LGBT no PNE 2014. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

PARANÁ. Sexualidade / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Políticas. E Programas Educacionais. Departamento da Diversidade. – Curitiba: SEED – PR, 2008. - 216 p - Caderno Sexualidade.

\_\_\_\_\_. PLANO ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS LGBT DO PARANÁ / Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. SEJU – PR, 2013 – 53 p.

PEREIRA, Graziela Raupp e BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco. Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola: desafios à construção de um ambiente de aprendizado livre, plural e democrático. Educ. rev. [online], n.39, pp.51-71, 2011.

RONDINIA, C.A., FILHO, F.S.T. e TOLEDO, L. G. Concepções homofóbicas de estudantes de ensino médio. Psicologia USP, vol. 28, n. 1, p. 57-71. 2017.

ROSELLI-CRUZ, A. Homossexualidade, homofobia e a agressividade do palavrão... Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 73-85, jan./abr. Editora UFPR, 2011.

ROSENO, Camila dos Passos; SILVA, Janaina Guimarães da Fonseca. Políticas Públicas Educacionais em Gênero e Diversidade Sexual: Atos de resistência diante do avanço do conservadorismo do movimento “Escola Sem Partido”. In: *Itinerarius Reflectionis*, Vol. 13, n. 2, 2017.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin. Sexualidades e gêneros: questões introdutórias. *Fazendo Gênero 8- Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, agosto de 2008.

SEFFNER, Fernando. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. *Educ. Pesqui.* [online], vol.39, n.1, pp.145-159, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade; uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SOUZA, Elaine de Jesus; PEREIRA da Silva, Joilson; SANTOS, Claudiene. Representações de docentes acerca da diversidade sexual e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, vol. 25, núm. 2, maio-agosto, pp. 519-544. UFSC, Santa Catarina, 2017.

SOUZA, Luiz Aparecido Alves. Trabalho docente e a questão de gênero e diversidade sexual na escola. XXVI Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação. 2013.

TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva; RONDINI, Carina Alexandra and BESSA, Juliana Cristina. Reflections on homophobia and education in schools in the interior of Sao Paulo state. *Educ. Pesqui.* [online]. Vol.37, n.4, pp.725-741. 2011.

VIANNA, Cláudia; CAVALEIRO, Maria Cristina. Políticas públicas de educação e diversidade: gênero e (homo)sexualidades. *Gênero*. Niterói, v.12, n-2, p. 27-45, 2011.

VIDAL, Elaine Italiano e RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Algumas reflexões sobre relacionamentos afetivos e relações sexuais na adolescência. *Fractal, Rev. Psicol.* [online]. Vol.20, n.2, pp.519-531, 2008.

## ANEXOS

### ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 1 Com o que você trabalha? De que maneira atua na educação?
- 2 Qual sua formação?
- 3 Você participou de alguma ação da Coordenação da Educação das Relações de Gênero e Diversidade Sexual do DEDI?
- 4 Participou de alguma ação de combate à discriminação LGBTfóbica no ambiente escolar? Se sim, qual?
- 5 Quando foi?
- 6 Como foi esta ação?
- 7 Quais suas impressões a respeito da(s) ação(ões) que você participou?
- 8 Teve algum impacto na sua atuação dentro do ambiente escolar/ dentro do seu ambiente de trabalho ou fora dele?
- 9 Atualmente, você participa ou sabe do desenvolvimento de alguma ação de combate à discriminação LGBTfóbica por parte da SEED?
- 10 Você considera importantes ações com este foco? Por quê?

